



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

LUANDA NAIADÉ OLIVEIRA DA SILVA

**AS MULHERES NO COOPERATIVISMO: “AÍ É COMO EU
DISSE, É DESAFIO!”.**

Salvador
2013

LUANDA NAIÁDE OLIVEIRA DA SILVA

**AS MULHERES NO COOPERATIVISMO: “AÍ É COMO EU
DISSE, É DESAFIO”.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Iracema Brandão Guimarães.

Salvador
2013

LUANDA NAIADE OLIVEIRA DA SILVA

AS MULHERES NO COOPERATIVISMO: “AÍ É COMO EU DISSE, É DESAFIO”.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Banca Examinadora

Iracema Brandão Guimarães – Orientadora _____

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

Universidade Federal da Bahia

Maria Salete Souza de Amorim _____

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Universidade Federal da Bahia

Elsa Sousa Kraychete _____

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal da Bahia

A todas as mulheres, lutadoras incansáveis da Economia Solidária.

AGRADECIMENTOS

Esse foi um dos momentos mais esperados... Então vamos lá!

Agradeço a Deus, por seu amor infundo, força e paz graciosas que só Ele pode conceder nos momentos de ansiedade e insegurança.

A minha vó tão querida e admirável se estou viva e bem devo a ela.

A Leda (mãe) pela sabedoria e incentivo de sempre, a Salvador (pai) pela importância dada à educação, a Juarez (tio) e Aruan (irmão).

Ao meu namorado Ismael, que sempre me impulsionou a estudar.

As minhas queridas amigas e amigos que a vida me deu pelo companheirismo, e por me acompanhar em cada realização, são tantos que não me arrisco a escrever os nomes para que a memória não falte.

A minha amiga de final de curso pelos medos compartilhados, pela fé de que tudo ia terminar bem e risos no pátio de São Lázaro: Juliana Maltez.

A Itcp Uneb por me ensinar o que é ética, e me mostrar que existem pessoas responsáveis, dedicadas ao trabalho com amor e zelo. E ainda por me permitir aprender a ser melhor pessoalmente, e me tornar uma profissional a cada dia: a Zuzélia, Gilson, Teresa, Suely, Mauricio, Rosa, Luciana e Demétrio.

As mulheres guerreiras da Cooperativa Múltiplas Fontes de Engomadeira, obrigada por acolher a pesquisa e permitir compartilhar um pouco das suas histórias.

A Professora Iracema Brandão Guimarães, orientadora atenciosa, firme e calorosa que me ensinou como é possível ser uma pesquisadora séria e uma socióloga brilhante.

As professoras Elsa Kraychete e Maria Salete Souza Amorim por aceitar avaliar esta pesquisa.

RESUMO

A pesquisa referida orientou-se no sentido de compreender quais as motivações das mulheres inseridas no contexto de trabalho da Economia Solidária, o trabalho tem por objetivo analisar a trajetória das mulheres da Cooperativa Múltiplas Fontes de Engomadeira, localizada em Salvador, compreendendo como ocorre o processo de autonomia dessas mulheres inseridas no contexto da Economia Solidária. Os objetivos foram compreender de que forma a autonomia das mulheres se desenrola no seio da Economia Solidária; notar se existem diferenças quanto à autonomia no trabalho hierárquico e no trabalho coletivo e recuperar a experiência dessa cooperativa levando em consideração as suas singularidades. Para tanto se realizou a revisão da literatura acerca dos principais temas levantados na discussão: economia solidária, cooperativismo, gênero e trabalho. Trata-se de uma pesquisa cuja metodologia escolhida foi à qualitativa compreensiva, utilizando técnicas de coleta de dados como: análise documental, grupo focal e entrevistas individuais semiestruturadas. Como referencial teórico, o uso do gênero como evidência Joan Scott e o conceito de divisão sexual do trabalho de Helena Hirata constituíram o principal canal de interlocução com as referências da Economia Solidária, cooperativismo e cidadania articulando as idiosincrasias encontradas em campo.

Palavras-Chave: Economia Solidária. Gênero. Cidadania.

LISTA DE QUADROS

Quadro1 Instituições da Economia Solidária.....	32
Quadro2 Resultado da discussão no grupo focal – Gênero.....	56
Quadro3 Resultado da discussão no grupo focal – Trabalho Cooperativo.....	60

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. TECENDO A HISTÓRIA: DO TRABALHO DOMICILIAR ÀS COOPERATIVAS.....	11
2.1 As modificações no mundo do trabalho e a inserção da mulher.....	14
2.2 MARCOS HISTÓRICOS DO COOPERATIVISMO NO MUNDO.....	15
2.3 As mudanças na década de 70.....	17
2.4 Marcos históricos do cooperativismo no Brasil.....	19
2.5 Impasses do Cooperativismo.....	20
2.6 Autogestão (nomia).....	24
3. HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	27
3.1 Economia Solidária e sua interface: cidadania/autonomia e as mulheres, o que pensar?.....	35
4. GÊNERO E TRABALHO.....	38
4.1 Divisão sexual do trabalho e a categoria de gênero.....	42
5. A mulher e o mercado de trabalho em Salvador.....	44
5.1 Descrição do cenário.....	46
5.2 Metodologia.....	52
6. AS MULHERES DA COOFE.....	55
6.1 Breve perfil.....	62
6.2 A serralheria – “É uma coisa incrível a história da gente” (cooperada A).....	63
6.3 Nos meandros do gênero: trabalho e família.....	66
6.4 O trabalho cooperativo e cidadania.....	68
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
8. Referências.....	73

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi fruto de diversas experiências, enquanto estudante do bacharelado em sociologia, encontrando na pesquisa, a importância e o alicerce para contribuir com o lugar em que estamos. O estágio na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Estado da Bahia nos anos de 2011 a 2013, núcleo que abarca a pesquisa e extensão em Economia Solidária e políticas públicas foi crucial para permitir elaborar uma reflexão sistematizada a respeito da Economia Solidária envolvendo a temática de gênero, fundante em se tratando de Economia Solidária, haja vista o crescente número de mulheres associadas. Portanto, o presente trabalho foi elaborado com o intuito de ser apresentado a banca examinadora para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais através do departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia, no ano de 2013.

Pode-se pensar a referida pesquisa como uma teia de reflexões que foram sendo construídas ao longo do tempo por meio da contribuição dos estudos na universidade nas diversas disciplinas, bem como por meio dos debates, reflexões e atividades no estágio, principalmente no que toca as atividades de campo nas cooperativas populares e a vivência em uma organização autogestionária, destas matrizes nasceu a preocupação em contribuir para os estudos no campo do gênero e trabalho informal. O objetivo da pesquisa é compreender como se dá a autonomia das mulheres na Cooperativa Múltiplas Fontes de Engomadeira, em Salvador. Seus objetivos específicos são: entender como a autonomia se desenrola em um contexto de trabalho cooperativo da economia solidária; verificar se existem diferenças quanto à autonomia no trabalho hierárquico e no trabalho coletivo, reconstruir a experiência singular dessa cooperativa levando em consideração o bairro e a história ali construída. Utilizou-se o método qualitativo construindo a pesquisa a partir da revisão da literatura, grupo focal e entrevistas semiestruturadas. A cooperativa referida possui sete associadas, sendo seis mulheres e apenas um homem, localiza-se no bairro de Engomadeira, bairro da periferia de Salvador e está situada na Economia Solidária, tipo de economia que se constrói sob parâmetros opostos aos ditados pelo capitalismo, o desafio reside em analisar o processo de

autonomia das mulheres para além do rompimento da relação de submissão ao homem e comumente da obtenção de rendimentos e mudanças no orçamento familiar, mas compreender que o trabalho cooperativo da economia solidária propõe o desenvolvimento da gestão coletiva, solidariedade e autonomia do grupo para gerir e decidir sobre seus rumos conforme sugere Singer (2002). As representações simbólicas históricas da figura feminina colidem com desconstruções de ordem prática no que tange ao papel de liderança e protagonismo empreendido pelas mulheres. Portanto as nuances do trabalho se caminham para descortinar a percepção que as mulheres da Economia Solidária têm sobre o seu trabalho, em um quadro em que as atividades do trabalho informal crescem e cada vez mais mulheres adentram essa esfera do trabalho.

2. TECENDO A HISTÓRIA: DO TRABALHO DOMICILIAR ÀS COOPERATIVAS.

Diversos trabalhos ao longo do tempo foram se constituindo com a presença das mulheres, as relações postas na sociedade caracterizam tal e qual seria o tipo de atividade adequado aos dons femininos, segundo a moral social construída em alguns países , principalmente os ocidentais.

Entre eles se destaca o trabalho domiciliar, caracterizado como um trabalho realizado na casa, o espaço privado, como o espaço de desenvolvimento da produção. Para Marx (2008), o trabalho a domicilio se desenvolve na era da indústria moderna, a pesquisa histórica realizada por Abreu; Sorj (1993) pontuaram esse nascedouro com a emergência da economia doméstica, no século XVI e XVII na Europa. Inserido em um sistema de economia camponesa e artesanato urbano, este trabalho era composto majoritariamente por mulheres, crianças e adolescentes.

No século XIX a composição sexual tornou-se cada vez mais feminina porque o efetivo de trabalhadores nesse ramo diminuiu. Na Inglaterra, em meados deste mesmo século o trabalho domiciliar do ramo de confecções poderia ser executado nas casas das patroas, nas casas das mulheres ou de jornaleiros agrícolas, ou até escolas de rendas, casebres em que essas trabalhadoras reuniam-se para realizar a produção com a presença maciça de crianças para auxiliar na eficiência da produção. (MARX, 2008).

As atividades descritas por Marx mais comuns são as de artesanato de rendas, entrançamento de palhas, aos quais além de suas mães, as crianças eram submetidas a grandes explorações, porém o ganho sempre foi abaixo do devido recebimento. O ramo do vestuário ganha virtuoso destaque, porque houve introdução da maquinaria na produção de confecções, alterando o processo de produção de confecções aliado a uma forte divisão sexual do trabalho e exploração. As modificações decorrentes da introdução da maquinaria ocorreram com trabalhadoras porque houve a substituição da mão de obra de mulheres mais velhas e crianças, à medida que mulheres jovens participavam do processo de produção,

outra alteração da ordem do trabalho que possibilitou às mulheres a manipulação de máquinas pesadas.

Como a expansão do sistema fabril e a introdução de maquinaria acentuaram as modificações no processo produtivo do trabalho domiciliar, o seu caráter explorador não possuía limites de horas trabalhadas, e nem impedia o uso da mão de obra infantil, as mudanças decorrentes das legislações fabris e a introdução de máquinas contribuíram para produzir um *exército industrial de reserva* (MARX, 2008).

A concorrência com a estruturação de um sistema fabril de produção tornou-se desleal para a produção em domicílio, tornando-a barateada e convivendo com grandes concorrências, intensificando a deterioração do trabalho, e permitindo a *feminização* deste trabalho. Este poderia ser realizado de forma individual ou coletiva a depender dos interesses das envolvidas, mas majoritariamente eram desenvolvidos de forma precária, em uma relação de trabalho desfavorável e exploratória. Ocorria uma domesticação do trabalho produtivo, trabalho que não é percebido em termos profissionais e não é avaliado em termos racionais, mas é relegado à esfera da precariedade e do obsoleto (ABREU; SORJ, 1993).

Ao longo do tempo esse trabalho se modificou conforme as necessidades do capital, deixando de ser atividade central, e tornando-se complementação da renda familiar, sem contratos formais ou regulação legal.

“O início da década de 80, o trabalho a domicilio garantiu durante a crise a flexibilidade necessária para algumas unidades produtivas em certas indústrias tradicionais, mas ainda está longe de poder voltar a ser a norma central do emprego assalariado” (ABREU; SORJ, 1993, p.19).

Um estudo orientado por Antonio Negri salienta na indústria italiana, exemplos de zonas de produção descentralizadas com forte presença de mulheres e jovens.

“Dessa forma, a compreensão do trabalho a domicilio enquanto forma de ocupação só pode ser plenamente atingida quando se entende que envolve trabalhadores cujas identidades são construídas a partir da divisão social e sexual do trabalho nas sociedades contemporâneas” (ABREU, SORJ, 1993, p. 24).

Portanto, o gênero emerge como categoria fundante para analisar o trabalho a domicilio, principalmente porque a vivência do lócus de produção e residência cria identidades associadas à atividade produtiva e um dos aspectos que modificaram esse trabalho, na sociedade moderna industrial é que a casa desintegrou-se como lugar da produção. Assim é preciso considerar que a casa possui espaços e tempos superpostos capazes de configurar uma relação com limites fluidos, o que pode ser observado no trabalho realizado pelas autoras sobre as costureiras em regime de trabalho domiciliar no Rio de Janeiro, feito com um grupo de 100 costureiras cariocas, onde a sua organização da produção era típica de pequenas empresas (prêt-à-porter) (ABREU; SORJ, 1993, p.44).

Os censos brasileiros desde 1940 eram pobres nas informações a respeito das trabalhadoras do setor informal e os dados apontavam que a maior parte dessas mulheres tinha 40 anos.

“fruto da crescente flexibilização do processo produtivo diante de um mercado diversificado, sazonal e em crise permanente, a utilização do trabalho a domicilio pelas empresas varia de acordo com as necessidades de restringir custos e etc.” (ABREU; SORJ, 1993, p. 45).

“Qualidades como autodisciplina, responsabilidade, compromisso e seriedade são especialmente valorizados e atribuídas a uma categoria específica de mulheres que apresenta como atributos principais a meia-idade, o casamento e a prole” (ABREU; SORJ, 1993,p.7).

As pesquisas empreendidas pelas autoras apontam que as mulheres relacionavam-se diretamente com a empresa, mesmo tendo a obrigatoriedade de cumprir as exigências ditadas, subordinando-se às determinações das empresas. Isto introduz o processo de socialização como o elo entre os papéis femininos tradicionais e as ocupações: “O trabalho a domicilio parece estar subordinado à organização da vida familiar e às motivações das trabalhadoras que parecem estar fortemente ancoradas nos papéis de gênero” (ABREU; SORJ, 1993, p.52).

Os fatores degradantes do trabalho a domicilio correspondem às formas contratuais de aderência de médias e grandes fábricas a este tipo de trabalho. As subcontratações eram realizadas de modo que atendessem às exigências e

especificidades cobradas pelas fábricas, eficiência e rapidez na entrega das encomendas, aliado a baixos pagamentos, condições exigentes para as trabalhadoras que se submetiam a essas relações. Sendo assim, é fundamental refletir sobre uma das raízes históricas de degradação do trabalho feminino mesmo em xeque com a invisibilidade dessas mulheres, portanto com a flexibilização dos contratos trabalhistas, as subcontratações, terceirizações e formas de barateamento do trabalho, a mulher que historicamente ocupou esses espaços, tais como o trabalho a domicílio acabou reproduzindo a lógica da precarização (ABREU; SORJ 1993).

2.1 As modificações no mundo do trabalho e a inserção da mulher.

O mundo do trabalho se modificou ao longo das últimas décadas, em função das crises no mercado capitalista e do processo de reestruturação produtiva que foi desencadeado na década de 1970. Antunes (2009) descreve as principais mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas traçando um breve panorama do mundo do trabalho. Chama atenção os pontos em que o autor trata das novas formas de desregulamentação das ocupações e a tendência de crescimento dessas atividades sob diversas formas e designações, a expansão dos assalariados médios no setor informal e a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho em diversos países.

É possível notar essas mudanças com a abordagem voltada para a presença das mulheres, Maruani e Hirata (2008) através de comparações com as mudanças no mercado de trabalho na França, Brasil e no Japão asseverando questões que assemelham e distancia a realidade destes três países no tocante a configuração do mercado de trabalho. Um ponto crucial é o que se refere ao Welfare-State, ou o chamado Estado-providência, política que reordenou a responsividade do Estado perante o mercado de trabalho e outros setores da vida social, com fraca presença na história brasileira, cuja precariedade estrutural do emprego ganhou reforço com as políticas neoliberais. (MARUANI; HIRATA, 2008; POCHMANN, 2001).

Os pontos principais de convergência que caracterizam a presença das mulheres no mercado de trabalho, são: a) aumento da atividade feminina na França e no Brasil,

b) o desemprego feminino é maior do que o masculino, c) precariedade e vulnerabilidade no emprego são maiores no grupo das mulheres do que nos homens. (MARUANI ;HIRATA, 2008)

O elemento fundante desse paradigma é centrado nas relações de trabalho baseadas nas diferenças do sexo. Aliado a essa construção social encontra-se o abalo da precarização do trabalho em escala global, conforme Druck (2000) salienta, é possível afirmar que a crise pela qual o Brasil está passando é a crise do emprego fordista onde se desdobram elementos como desemprego, trabalho sem registro, precarização e outras formas diversas. O sujeito trabalhador encontra-se no limiar de tensões e exigências e a separação masculino/feminino é a base na qual se constroem “os contornos do mercado de trabalho” (MARUANI, HIRATA, 2003,p.21).

Assim, uma das grandes questões que se colocam quando se trata das mudanças no mundo do trabalho é a constatação de um processo que corre de forma diferenciada tanto para homens quanto para mulheres, visão corroborada por Hirata, (1998). A inserção significativa da mão de obra feminina em trabalhos, antes, considerados eminentemente masculinos revela uma mudança crucial no mundo do trabalho, conforme Druck (2000) explicita que fatores como “globalização, reestruturação produtiva e políticas neoliberais”, as mudanças recentes em face no mundo do trabalho, têm gerado diversas perspectivas, possibilitando o surgimento de experiências diversas inclusas em projetos de sociedade diferenciados, ou seja, o frenesi das relações trabalhistas flexíveis que incidem no aprofundamento de carências sociais impulsionando formas diversificadas de relações com o trabalho.

2.2 MARCOS HISTÓRICOS DO COOPERATIVISMO NO MUNDO.

Tendo em vista as modificações elencadas a respeito do mundo do trabalho, uma das formas que emergiram como alternativa ao trabalho formal, tradicional, hierárquico é o cooperativismo cujas raízes encontram-se nos socialistas utópicos e na organização por parte dos trabalhadores contra a precariedade de suas ocupações. Hoje, a cooperativa tem uma conotação diferenciada que pode se justificar pelo contexto histórico em que ressurgiram, mas também pelas diversas

interpretações cabíveis e possíveis sobre essa forma de organização, produção e gestão do trabalho.

No século XIX, período em que o trabalho industrial se intensificou e se modificou com mais ferocidade e a organização operária estava se consolidando encontra-se o marco histórico do cooperativismo. O pontapé ideológico foi dado com os socialistas utópicos Robert Owen, Charles Fourier, Proudhon, entre outros pensadores que invocaram a gestão democrática e a posse coletiva dos meios de produção, como forma de combate à precariedade e ao desemprego, desembocando na organização dos trabalhadores para criação das primeiras cooperativas de consumo. (AMORIM ; ARAÚJO, 2005; LIMA, 2004; LIMA, 2007; NASCIMENTO, 2004; OLIVEIRA, 2003).

Na prática, os chamados pioneiros de Rochdale criaram a *Cooperativa dos Probos Pioneiros Equitativos de Rochdale(Manchester – Inglaterra)*, em 1844, uma cooperativa de consumo que foi erigida por 28 operários, sendo 27 homens e 1 mulher, constituindo o estopim para que eclodissem experiências em diversos países da Europa, nas quais os próprios cooperados se uniam para comprar e distribuir os produtos de primeira necessidade, confirmando que a autogestão era praticada.

Outra importante experiência foi a que se constituiu na França com as cooperativas de produção, conforme explicita o excerto abaixo:

“O cooperativismo francês começa pela tentativa de criar sociedades de produtores , influenciado pelas ideias de Charles Fourier(17772-1837), idealizador dos Falanstérios(communidades que abrigariam centenas de famílias onde seria promovida a abundância e a igualdade)”(CANÇADO, 2005,p.5)

No tocante às regulações do trabalho cooperativo, na legislação de 1852 ocorreu o nascimento da lei das Sociedades Industriais Cooperativas na Inglaterra, marco regulatório da relação que as cooperativas estabeleceriam com o Estado. Em 1895 foi criada em Genebra, na Suíça, a Aliança Cooperativa Internacional, organização cujo objetivo era reunir as organizações cooperativas em uníssono com os princípios básicos e fundamentais a serem seguidos. (LIMA, 2004)

Assumindo formas distintas, essas associações se mantiveram na tessitura social, dialogando com o Estado e a sociedade civil, em alguns casos, os movimentos sociais de natureza reivindicatória se aliaram a essa proposta de organização, da mesma forma que em outras situações, o Estado adotou o cooperativismo como setor produtivo auxiliando o estabelecimento das cooperativas:

“Nos países socialistas, com exceção da Iugoslávia, as cooperativas foram organizadas e incorporadas como setor produtivo estatal, descaracterizando-as em sua autonomia e se integrando ao aparelho e as políticas de Estado” (LIMA, 2007, p.71)

No caso da França e da Itália, os dois países mantiveram um movimento cooperativista considerável durante o século XX, com experiências diferentes, na Itália a idiosincrasia é a proximidade do movimento cooperativista com partidos políticos e o apoio estatal. Outra referência é a experiência de Mondragón, na Espanha, um complexo cooperativo que subsiste até hoje como cooperativa de produção de grande porte, considerada uma experiência de êxito. Assumindo também características distintas, o movimento cooperativista foi apropriado por inspirações cristãs na tentativa de humanizar a relação capital/trabalho (LIMA, 2007), reconfigurando a roupagem do cooperativismo para um viés da subjetividade das relações trabalhistas pautadas na caridade e na humanização.

Diversas críticas eram realizadas a esse modelo de gestão e organização do trabalho, as mais contundentes foram realizadas por Karl Marx e Rosa Luxemburgo, para esses autores, quando o trabalhador assume o comando do seu próprio trabalho, tomando a função de patrão desembocaria em um tipo de ‘autoexploração’.

Diante dos impasses a respeito da proposta cooperativista fica a questão posta por Lima (2004), o modelo cooperativista é uma possibilidade revolucionária ou uma proposta reformista? No seio das críticas, a chamada tese da degenerescência das cooperativas de Webb e Webb (1914) apud (LIMA, 2004; LIMA, 2007) discorria sobre os aspectos conflitantes da proposta, a tese discorria afirmando que, quando as cooperativas obtivessem sucesso frente ao mercado, teriam que se render ao mesmo, pondo em xeque seus princípios de democracia, autogestão, distribuição equitativa dos ganhos e tornar-se-iam empresas capitalistas convencionais.

2.3 As mudanças na década de 70.

“A reestruturação econômica a partir de 1970, com o fechamento e deslocamento das fábricas, o declínio de regiões industriais, a abertura e internacionalização dos mercados, o colapso do socialismo de Estado, entre outros fatores que irão compor o que chamamos de globalização provocou a retomada do cooperativismo como alternativa ao desemprego crescente, provocando o renascimento do interesse sobre o tema e a multiplicação de empresas cooperativas, agora consideradas em um novo momento do desenvolvimento capitalista”(LIMA,2004,p.48)

Este excerto do texto de Jacob Lima caracteriza de forma simples e direta os principais acontecimentos decorrentes da reestruturação econômica na década de 1970, momento que culminou com o ressurgimento do cooperativismo. Para Antunes (2009), esse período representou para o capitalismo a ocasião de se apresentar formas degradantes de organização do trabalho e das relações trabalhistas. E caso o cooperativismo fosse resgatado como proposta vinda dos trabalhadores, seria cabível uma vez que foram resgatados seus princípios primordiais; embora, nessa fase ele se constituiu como instrumento de precarização e degradação do trabalho. Para Lima (2007) o novo cooperativismo vai responder às novas demandas das sociedades capitalistas em transformação, como cooperativas *New Age* que crescem sob o auspício de mudanças paradigmáticas socioculturais e políticas.

Para Lima (2007), existem duas vertentes do ressurgimento do associativismo e cooperativismo na década de 70, nos países desenvolvidos têm-se os movimentos contraculturais iniciados uma década antes conjugado com a reestruturação econômica. Nos países em desenvolvimento, o marco se inicia a partir de órgãos internacionais que propõem o cooperativismo como modelo de produção a fim de aliviar as tensões sociais decorrentes da fome e do desemprego.

Na tipologia de Confoth (1983 apud Lima, 2004) sobre as cooperativas surgidas pós-70, dentre todas as cooperativas elencadas, chama atenção as cooperativas de geração de renda por surgirem de programas propostos pelo Estado e outras

organizações políticas para atenuar as desigualdades vigentes. Desse modo, em termos legais, foi em 16 de dezembro de 1971 que fora admitida a lei nº 5.764, chamada lei nacional do cooperativismo que institucionaliza e regula a atividade cooperativa conforme, os art. 3º e art. 4º:

“Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.(BRASIL,1971).

A sociedade cooperativa por lei distingue-se das demais sociedades por diversas características, porém não é definido quem devam ser as pessoas que façam parte da cooperativa, se desempregados, pobres, ricos, mulheres, não há critério estabelecido que defina os sujeitos constituintes do negócio, assim como não é mister que a cooperativa funcione baseada na gestão democrática. Portanto, na lei é possível notar a diferença entre a cooperativa reconhecida legalmente pelo Estado brasileiro e as cooperativas que começaram a eclodir no Brasil em meados de 1980 e início dos anos 1990, por sua natureza e modo de funcionar. Mais adiante a diferenciação entre cooperativismo tradicional e cooperativismo popular será demarcada.

2.4 Marcos históricos do cooperativismo no Brasil

“No Brasil, as cooperativas de trabalho adquirem visibilidade nos anos 1980 a partir dos movimentos de recuperação de fábricas falidas em diversas regiões e do surgimento de cooperativas envolvendo profissionais liberais e desempregados de empresas públicas em processo de enxugamento e, posteriormente, de privatização, motoristas de táxi, médicos, professores etc.” (LIMA, 2007, p.75)

O processo de organização do modelo cooperativo começou no Brasil com o movimento de recuperação de fábricas falidas, tendo como exemplo deste processo

a fábrica de fogões Wallig no Rio Grande do Sul, após a sua falência, os desempregados organizaram-se criando duas cooperativas de trabalho; houve também a tecelagem Mandacaru em João Pessoa, onde o estado assumiu a recuperação da empresa e formou uma cooperativa. Esse processo de recuperação falimentar das fábricas estourou e logo depois foi confrontado com uma série de problemas tais como: desinteresse dos cooperados, criação de hierarquias e outros gargalos que impossibilitaram o sucesso da empreitada. (LIMA, 2004).

Diante desses confrontos outras cooperativas foram organizadas por empresas e/ou sindicatos para atender à redução de custos e/ou políticas de atração de investimentos industriais e geração de renda. Este foi o caso das indústrias de calçados e confecções em vários estados do Nordeste brasileiro. (LIMA, 2007, p.76).

Devido à quantidade de empresas recuperadas nesse período foi-se costurando a necessidade de uma organização de cunho maior, capaz de agregar esses trabalhadores, foi criada então em 1994, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas e Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), cujo objetivo era reunir os trabalhadores e trabalhadoras que participavam de processos de recuperação de fábricas falidas e fomentar a criação de cooperativas. Aponta-se na literatura, um envolvimento marcante dos sindicatos nesse momento de estabilização do cooperativismo no Brasil por causa da grande ligação dos trabalhadores e trabalhadoras com o setor fabril, a atuação do movimento sindical da Central Única dos Trabalhadores, não pode ser ignorada, o seu apoio se deu na formação de cooperativas de trabalho:

“A Federação Democrática dos Sapateiros do Rio Grande do Sul, filiada à CUT , com o fechamento sistemático de fábrica no pólo calçadista do Vale dos Sinos a partir de 1995-1996, passou a apoiar a formação de cooperativas de produção e trabalho , por meio do aval a linhas de créditos destinadas à compra de máquinas , à formação profissional, à assessoria e à formação de parcerias com empresas”(LIMA, 2004,pág. 53)

Em 1999 nesta entidade começou a se discutir a criação de uma Agência de Desenvolvimento Solidário voltada ao apoio e assessoria a cooperativas e empresas recuperadas. Não era exclusividade da CUT o trabalho com cooperativas, em

meados e fins da década de 1990, emergiram diversas entidades de natureza pública e privada trabalhando com o apoio, fomento e assessoria para o cooperativismo, a exemplo da União Socialista (UNISOL), entidade nascida do sindicalismo químico do ABC paulista), as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's) vindas das universidades públicas e privadas do país, Rede Cáritas, entidade ligada a igreja católica entre outras diversas organizações.

Estes são os principais marcos históricos do cooperativismo no Brasil, no qual chama atenção que na gênese, a proposta do cooperativismo é dual porque foi instaurada como demanda de órgãos internacionais e de interesse do Estado brasileiro no combate a exclusão social e desemprego, mas na prática as experiências proviam de iniciativa dos trabalhadores contra o desemprego contando ou não com o apoio de diversas organizações públicas e/ou privadas.

2.5 Impasses do cooperativismo.

Os princípios que norteiam a proposta cooperativista suscitam impasses e divergências que são tanto da ordem organizacional quanto da lógica do mercado. Uma das questões evocadas pela literatura científica a respeito do cooperativismo é a essência desse modelo. Ou seja, partindo-se do ponto de vista de que a realidade fatídica nos aponta que existe um modelo de sociedade que é o capitalismo, voltado para o consumo, competição e individualismo. Qual o lugar do cooperativismo? Nessas ondas turbulentas do mercado, é possível se manter enquanto cooperativismo resguardando seus princípios? Até que ponto pode se considerar uma proposta revolucionária ou apenas um paliativo frente às desigualdades?

“Tendo como referência Conforth e Thomas (1990), destacam que, na cultura individualista e materialista do capitalismo, o apelo do trabalho em cooperativas, com o pressuposto da adesão voluntária e com objetivos sociais e solidários, é muito baixo (LIMA, 2004, p. 54).

“Para Quijano (2002), as regras que regem as cooperativas são as do mercado e do salário, e o caráter de reciprocidade ou solidariedade operaria externamente às relações de trabalho, a partir da decisão consciente de seus membros” (LIMA, 2004, p 58).

Os autores acima citados atentam para o fato de que a proposta de adesão voluntária implicaria na instabilidade dos seus associados enquanto que a cultura capitalista em geral opera no sentido oposto aos objetivos solidários e sociais do cooperativismo. Para Quijano, como as cooperativas têm de produzir, um dos seus entraves é que são submetidas ao mercado competitivo e especializado enquanto que seus princípios orbitavam em direções externas às relações trabalhistas.

Outras questões são pontuadas como grandes impasses do cooperativismo, tal como a insegurança dos direitos sociais, o trabalho cooperativo não é regido pelas mesmas leis trabalhistas do trabalho formal, portanto os benefícios trabalhistas como abono salarial, aviso prévio, seguro desemprego não são dados aos cooperados, visto pelos mesmos como uma grande desvantagem frente ao mercado, havendo por diversos motivos grande rotatividade das pessoas que fazem parte da cooperativa, e por ter um caráter de organização coletiva, a disciplina e os horários são desvalorizados implicando no processo de trabalho. Ainda assim, tendo que competir com um mercado atroz, seus princípios são alijados, como por exemplo, o que corresponde à adesão livre e voluntária. (LIMA, 2004; SILVA, 2007).

O caráter voluntário da adesão às cooperativas fica comprometido em contextos de crise econômica, nos quais as possibilidades de ocupação são reduzidas. Fica a questão se é uma alternativa à exploração capitalista, ou à falta dessa mesma exploração (LIMA, 2004, p 58).

Ou seja, o princípio da adesão livre e voluntária é ferido quando em momentos de crise é necessário restringir a quantidade de pessoas que possam se associar à cooperativa, tendo em vista a falta de ocupação em números elevados. Outra questão tratada pelos autores é o que corresponde à função exercida pela organização no mercado, uma das pedras de toque da análise sobre o cooperativismo, é o que se refere ao uso de cooperativas para a terceirização. O ideário inicial da cooperativa de iniciativa dos trabalhadores resgatando participação, organização e decisão coletivas se deslocam e a cooperativa torna-se uma empresa convencional baseada na hierarquia e na máxima lucratividade, logo o impasse é estabelecido:

Considerando que a adequação do mercado é condição de sobrevivência das cooperativas, fica a questão das possibilidades efetivas de construção de novas solidariedades sociais em empreendimentos que, mesmo sendo autogestionários, necessitam atender as exigências de baixos custos e competitividade como forma de sobrevivência (LIMA, 2007, p.69).

Essa duplicidade identitária das cooperativas se manifesta da seguinte forma: por um lado tendo que concorrer em um mercado capitalista feroz cujas exigências por eficiência, quantidade e qualidade pesam no exercício do trabalho seja ele qual for, por outro lado, a cooperativa é utilizada como instrumento de empresas para agravar a precariedade do trabalho, como fica evidenciado em Lima (2007); Silva (2007).

A Consolidação das Leis Trabalhistas, os direitos adquiridos mediante a CLT estão sendo confrontados com a era dos chamados contratos flexíveis ou subcontratos em que se localiza a terceirização para enxugar os custos do serviço necessário e compartimentar a produção. Expressando-se de forma mais contundente na década de 1990, diante do afastamento dos empregadores e trabalhadores da legislação trabalhista, como aponta Silva (2007) as cooperativas de trabalho são então usadas para a terceirização da mão de obra.

Partindo de uma pesquisa realizada com cooperativas que atuam no ramo industrial da Região Metropolitana de Salvador, os dados da autora são analisados a partir de duas situações, conforme a classificação de Lima (2004), as cooperativas ditas verdadeiras ou pragmáticas que estão no viés do cooperativismo original, voltado para democracia e autogestão, e as chamadas *coopergatas*, *cooperfalsas*, cooperativas utilizadas para barateamento e precarização da mão de obra, com toda sua vida orgânica típica de uma empresa capitalista.

O objetivo das cooperativas de trabalho em uma definição recente é a associação de trabalhadores para o funcionamento da organização sem a necessidade do patrão. Porém, fruto do alto grau de demissão nos anos 90, as empresas propunham aos trabalhadores a organização como cooperativa de trabalho a fim de que prestassem serviços como subcontratados (SILVA, 2007). Nesse contexto com uma proposta de resgate dos valores e motivações, que impulsionaram os pioneiros do cooperativismo; a Economia Solidária e as cooperativas vinculadas a esse

movimento apresentam um diferencial que será explorado adiante, no entanto, interessante é notar que nesse trabalho, ao realizar a comparação entre cooperativas pragmáticas e cooperativa falsa, chegou-se a seguinte conclusão:

“A terceirização via cooperativas de trabalho tem se constituído, em geral, num instrumento eficaz de flexibilização e precarização do trabalho, tendo como corolário a substituição da relação capital-trabalho pela relação empresa-empresa.” (SILVA, 2007, p.163)

Os resultados apontados na pesquisa realizada se orientam no sentido da verificação de que a mesma relação de subordinação, hierarquia, pressão trabalhista e outras questões aproximam ambas as cooperativas de uma relação comum do setor capitalista formal. Tendo em vista a dificuldade de inserção das cooperativas no mercado a partir dos dados empíricos, as cooperativas se submetem: “a uma relação lesiva com as empresas contratantes, pois tem pouco poder de barganha em um mercado cada vez mais competitivo, onde o fundamental é baratear os custos dos serviços prestados” (SILVA, 2007, p.164).

Existem ainda grupos que se autodenominam associações, coletivos e agrupamentos de outra ordem que funcionam em uma organização como se fossem cooperativas, no entanto não são legalizados e não aparecem nos dados formais sobre Economia Solidária.

Esses são alguns impasses destacados pela literatura consultada a respeito do cooperativismo e suas dificuldades e descaminhos em uma sociedade capitalista em que predominam o lucro e os dissabores de uma vida competitiva em detrimento dos valores coletivos.

2.6 Autogestão(nomia)?

Uma das principais diferenciações da empresa capitalista para a empresa solidária proposta por Singer (2002), é a autogestão como forma de organização da produção como princípio do cooperativismo a autogestão se define como modelo de gestão baseado na organização autônoma dos trabalhadores e trabalhadoras, mas concretamente, a autogestão se aplica tanto na vida orgânica da cooperativa quanto para subsidiar as ações dos trabalhadores. Esse modelo de gestão enquanto

princípio de organização não está restrito à cooperativa, mas a outras instituições e empreendimentos que se situam no âmbito da economia solidária cujas decisões são tomadas com todos os seus associados, ou seja, as decisões são coletivas e a informação é partilhada de forma horizontal a fim de que todos tomem posse da organização e fortaleçam o sentimento de pertença.

No caso da cooperativa, são os cooperados que se reúnem para tomar decisões e definem juntos os rumos da mesma, exercitando a autogestão, bem como criando instrumentos e mecanismos para que todos possam saber das atividades da cooperativa, conferindo poder a todos de forma democrática para questionar, opinar e contribuir na gestão da cooperativa.

Nesse sentido o conceito de autogestão ultrapassa as fronteiras organizacionais e torna-se em suma um conceito político, que pode direcionar as ações dos sujeitos, conforme Lechat; Barcelos (2008):

O termo autogestão significa literalmente administrar, gerir a si mesmo, do grego *autos* (si mesmo) e do latim *gest-o*, (gerir), mas é utilizado para designar grupos que se organizam sem uma chefia. O princípio da autogestão parte então do pressuposto filosófico e político de que os homens são capazes de se organizarem sem dirigentes. (p.97)

Trata-se de uma concepção ampla que não se fecha no princípio de auto-organização, mas também está inserida na busca por formas igualitárias de organização social, não é a toa que há forte vínculo entre o pensamento socialista e anarquista com a autogestão:

A concepção autogestionária era herdeira de Owen, Fourier e outros socialistas utópicos do século XIX, que imaginavam a passagem para o socialismo mediante a construção de comunidades livres e igualitárias [...] Owen exerceu real liderança política na Inglaterra [...] Ele ajudou a formar cooperativas e lhes atribuiu uma missão revolucionária, qual seja a de organizar operários grevistas para tomar o mercado dos capitalistas. (SINGER, 2000, p.40)

O autor continua delineando a história e afirma que a quantidade marcante de cooperativas de consumo e comercialização agrícola se viu em uma arena de

confronto com a Aliança Cooperativa Internacional(ACI), que via a autogestão enquanto principio e método de gestão unívocos. A concepção de gestão das cooperativas como empresas convencionais vigorou e como uma avalanche levou muitas cooperativas a tender para essa forma de gestão típica das relações capitalistas.

O estudo realizado por Silva (2007) deixou claro que existem as cooperativas falsas que não aplicam os princípios genuínos do cooperativismo e não formam os seus associados para a cultura da autogestão, mas que em tese acentuam as hierarquias, mandos e desmandos de uns poucos e relegam a estes a tarefa de tocar a organização tal como uma empresa capitalista convencional; e existem as cooperativas que preservam e conservam o esforço contínuo da formação para autogestão dos seus associados, reiterando a visão de que a autogestão deve estar combinada a uma cultura do associativismo, do trabalho coletivo e democrático.

“Assim, a autogestão como proposta necessita estar articulada a uma perspectiva política mobilizadora. [...] Entretanto, o crescimento de empresas cooperativas e a construção de uma cultura de trabalho associado podem constituir opção de trabalho mais satisfatória, em que pese sua inserção num mercado competitivo, como acontece em países europeus, por exemplo,” (LIMA, 2007, p.80).

Em suma, a ideia da autogestão é complexa e abrangente, mas também está ligada à autonomia do empreendimento e dos seus associados que podem ser geridos sem necessitar de rígidas hierarquias e chefias, abrindo espaço para o exercício democrático, o que de certa forma suscita certo tipo de vulnerabilidade da organização, no sentido da instabilidade e conflitos que possam surgir, impedindo que o empreendimento cresça e se desenvolva como verificaram Silva (2007); Lima (2004). A democracia em menor escala é o que se aplica na organização que tem por base a autogestão, a falta de hierarquia e mando promove a autonomia do sujeito para pensar e propor ações para a organização, mas ao mesmo tempo o coloca em uma zona de conforto em que as decisões são consensuais, portanto podem condicioná-lo a não participar.

Diante de tantas complexidades, a Economia Solidária busca resgatar o princípio da autogestão de forma semelhante como foi aplicada pelos operários no século XIX na Inglaterra, operando em prol da construção de relações trabalhistas horizontais e organização dos trabalhadores que atinjam a sociedade. Conforme Nascimento (2004) para a autogestão acontecer é imprescindível o direito à experimentação social de um projeto histórico que se faz por si mesmo no sentido da transformação social.

3. HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os marcos históricos que definem o nascedouro da Economia Solidária no mundo, remetem à organização primeira dos trabalhadores no século XIX na Inglaterra e outros países Europeus, acrescidos das contribuições dos movimentos socialistas utópicos e embalados pela crise da Revolução Industrial acometidas aos trabalhadores e trabalhadoras daquele século. O conjunto de experiências que tinha por objetivo a posse coletiva dos meios de produção, a gestão, organização e produção do trabalho de forma coletiva, participativa, democrática e a distribuição equitativa dos ganhos configurou-se como experiências de Economia Solidária, sem, ter este rótulo ou nomenclatura. No Brasil, a proposta da economia solidária foi definida e disseminada desta forma por meio do fortalecimento das associações, cooperativas, clubes de troca, empresas falimentares recuperadas entre outras organizações coletivas que exercessem os princípios econômicos solidários, embora, seja preciso confrontar questões essenciais que fomentaram a articulação dos agentes públicos e sociedade civil para esse fim.

Na Europa, especificamente na França, o termo Economia Social esteve ligado ao movimento mutualista, de cooperação e associação do século XIX que lutava por melhores condições de vida através de práticas de solidariedade e cooperação com uma conotação mais voltada para o terceiro setor e a isto se conjugam experiências de associação para produção, crédito, serviços e consumo solidários. Não foi diferente no terreno latino-americano, para o qual a proposta da economia solidária se firmou em uma concepção marxista de que o capitalismo é o sistema hegemônico vigente, mas não deve ser o único, pois produz grandes desigualdades (LIMA,

2007). Sendo assim a economia se baseia em princípios divergentes aos que são alimentados pelo sistema capitalista em sua concepção e prática, visão corroborada por Silva (2007); Singer (2002), conforme o excerto abaixo evidencia:

“Dessa forma, as práticas solidárias englobam a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, o desenvolvimento auto-sustentado, a responsabilidade social e ambiental.”(LIMA,2007,p.75)

Historicamente, o Estado brasileiro foi frágil no que se refere ao seu papel distributivo, mas também no seu caráter de proteção e participação social. (ARAÚJO; SILVA, 2005; POCHMANN, 2001; SCHWENGBER, 2005). Soma-se também a desestatização e internacionalização da economia que segundo Eid (2007) contribuiu para a emergência de experiências no setor informal. No início dos anos 1990 no Brasil, o cenário sob o qual se consolidou a economia solidária foi marcado pela insurgência do desemprego e a busca de estratégias para saná-lo. As políticas sociais foram direcionadas a migrar de um plano universalista a um segmento pauperizado, segmento específico e expressivo da sociedade, orientando a atuação pública para ações focalizadas na luta pela erradicação da pobreza. (IVO, 2008, 169).

O debate acerca do desemprego no Brasil é complexo e extenso e não se esgotaria aqui. Porém, é importante reiterar que diante do quadro de obsolescência dos agentes públicos, o Brasil não conseguiu definir uma política pública voltada para o trabalho, não se trata somente de uma questão pessoal, mas imbricada em uma teia de complexidades do sistema social, conforme evidencia Pochmann (2001). Portanto, tomar os pobres e/ou desempregados alijados do sistema, aproveitando-se do potencial que possuem fomentou a visão neoliberal da pobreza, justificada pelo fato de que os pobres eram vistos como potenciais mobilizadores, ou seja, eles tinham capacidades pré-existentes que caso fossem desenvolvidas contribuiriam para a superação da pobreza e resolução dos principais problemas materiais, visão próxima a do Banco Mundial que consiste na chamada mobilização dos “ativos”, dos pobres, aproveitando suas atividades assalariadas ou autônomas na produção de soluções coletivas (IVO, 2008, p.174).

Diante do cenário complexo da emergência de políticas sociais, acentuado o ideário de desenvolvimento neoliberal e o crescimento da pobreza assolando o país, o embrião da emergência da Economia Solidária encontra-se na militância política do sociólogo Herbert José de Souza, mais conhecido como Betinho. Figura responsável pela articulação do projeto Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, nesse contexto de erradicação da miséria e da pobreza, nasceu o Programa Comunidade Solidária:

“O Programa de Comunidade Solidária. Esse programa iniciou-se com base em duas importantes experiências desenvolvidas no Brasil no combate à fome e a miséria: O Movimento Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida (Campanha de Herbert de Souza (...))O primeiro originou-se de um movimento nacional de ética na Política , durante o impeachment do Presidente Fernando Collor (1992).”(IVO,2008,p.169).

Segundo Santos (2005), o movimento Ação da Cidadania voltou seus esforços para a geração de trabalho e renda de forma que pudesse atuar no fomento a experiências nas quais o público fosse à população pauperizada e desempregada do país. Ainda sob a mobilização de Betinho em consonância com o projeto referido acima, foi criado em 5 de setembro de 1994 o COEP (Comitê de Empresas Públicas no Combate a Fome e Pela vida).No seu nascedouro o COEP tinha a função de mobilizar e articular entidades públicas que intervissem no problema da fome e da pobreza no Brasil por meio de ações, projetos, programas que articulassem tanto as entidades associadas como outras de natureza pública ou privada que se interessassem na promoção da segurança alimentar no Brasil(ESTATUTO DO COEP,s.d).

Uma articulação importante do COEP com a Universidade Federal do Rio de Janeiro surgiu na medida em que as demandas e questões suscitadas pelo comitê encontraram neste espaço um lócus de discussão e inovação da prática provindos da extensão universitária e do papel da universidade pública na sociedade. Bocayuva afirma que:

Nascida no ciclo de ações de combate à pobreza, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coppe/UFRJ representa um impulso na transformação das práticas de extensão universitária, visando aos setores

populares excluídos social, econômica, cultural e espacialmente (BOCAYUVA,2002,p.236)

“Com o objetivo de incentivar ações de combate à fome e de geração de trabalho e renda para estes segmentos da população. Uma das iniciativas do COEP foi o apoio a constituição da Cooperativa de Manguinhos, junto à Fundação Oswaldo Cruz, desenvolvida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), em 1995”. (SENAES, 2011, p.7)

Assim, o trabalho desenvolvido em parceria com o COEP para a constituição da Cooperativa de Manguinhos foi o estopim para o surgimento da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, na Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 1995, um programa de extensão vinculado a pós-graduação de Engenharia que desenvolveu seus projetos com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Fundação Banco do Brasil (FBB), com o intuito de, a priori, de organizar a população marginalizada para a inserção social e saída do desemprego, realizando o processo de formação e acompanhamento das cooperativas, como ficou explicito no excerto acima.

Deste trabalho na favela de Manguinhos com a ITCP/UFRJ em 1997 nasceu o Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC) com o intuito de financiar, dar suporte e incentivar o nascimento de outras incubadoras em vários estados do país e apoiar as ações que já estavam em andamento. Assim, outras incubadoras eclodiram nos estados brasileiros ampliando o debate sobre trabalho, pobreza, exclusão social, cooperativismo entre outras questões circunscritas em sua atuação.

No começo do trabalho em torno da economia solidária o expoente das ações das organizações foi o cooperativismo popular. As experiências das entidades de fomento no acompanhamento dessas cooperativas foram centrais no que se denominou na década de 90 de cooperativismo popular, pois esta forma de cooperativismo trabalhava com segmentos alijados das condições básicas de sobrevivência e sofria com a falta de emprego. De todo modo, a história da Economia Solidária abre um leque de possibilidades e divergências para compreender a organização dos setores populares, para Guimarães [s.d], a diferença do cooperativismo popular para o cooperativismo tradicional reside na

situação de exclusão social dos associados e na gestão democrática. Para Oliveira (2003), esse tipo de cooperativismo configura-se como um conjunto de práticas que devam levar em consideração os princípios da cooperação, da autogestão e de instrumentos para combater a pobreza e a situação de exclusão social.

Existem diversas linhas históricas que determinam o nascimento da economia solidária com um viés institucionalizado, no Brasil. Reconhecendo esses caminhos e descaminhos de uma história que não se faz unívoca e tendo em vista a diversidade de formas de organização do trabalho, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), indica que a história começou no processo de articulação para o I Fórum Social Mundial em 2001. Diversas entidades e organizações que trabalhavam com os segmentos populares na perspectiva solidária foram mobilizados para a criação do grupo de trabalho brasileiro de economia solidária (GT Brasileiro de Economia Solidária), acordando com o uso do termo Economia Solidária e abrangendo as suas diversas práticas, assim pode-se apreender que o mesmo se firmou pelo conjunto de iniciativas autônomas de grupos organizados da sociedade civil com atividades econômicas baseadas em princípios semelhantes. (Lima, 2007).

A história não para por aí, a luta pelo enraizamento como política pública do governo brasileiro impulsionou a criação pelo GT Brasileiro de Economia Solidária, da carta ao governo Lula elaborada no final de 2002, intitulada *“Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”*. O título da carta remonta à concepção sob a qual a economia solidária esteve vinculada, ou seja, a um segmento dentro do Estado capaz de conter em si mesmo um grande potencial para o desenvolvimento do país, funcionando dentro de certos princípios.

Durante a III Plenária Nacional da Economia Solidária, foi criada a carta de princípios, retratando os pontos em comum das entidades e organizações, como está extraído abaixo:

“Princípios gerais

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

1.a valorização social do trabalho humano,

- 2.a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- 3.o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- 4.a busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza,
5. e os valores da cooperação e da solidariedade”(FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA).

São estes os princípios que uniram as diversas experiências no âmbito da economia solidária e foi nesta plenária que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária se firmou com esta denominação. Portanto, alguns autores encontram nesse momento de criação do fórum o elixir da economia solidária, confirmam esta perspectiva Amorim; Araújo (2004). A briga para que o governo brasileiro reconhecesse a economia solidária e a legitimasse enquanto parte da política de governo, impulsionou a criação em 2003 da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Esta secretaria está alocada no Ministério do Trabalho, Emprego e Renda (MTE) e possui em seus estados, superintendências estaduais que contam também com os centros públicos de economia solidária (CESOL), espaços onde é possível encontrar informações, produtos dos empreendimentos, entre outros serviços.

Existem também, as organizações de apoio aos empreendimentos de economia solidária, sua natureza é a mais diversa possível, por exemplo, as incubadoras públicas vinculadas às universidades que prestam acompanhamento a empreendimentos solidários na perspectiva do fomento e formação dos mesmos, atuam na extensão universitária. Existe também organização vinculada a Igreja Católica que atua na perspectiva da economia solidária. Na tabela abaixo estão inseridas algumas dessas instituições a que estão vinculadas e o ano em que começaram suas atividades no campo da economia solidária:

Instituições da Economia Solidária –Quadro nº 1

Instituição	Natureza	Ano
Cáritas Brasil	Igreja Católica	1990

ADS(Agência de Desenvolvimento Solidário)	Central Única dos Trabalhadores	1999
Unisol(Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários.	Associação Civil	2000
Unicafes(União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária)	Organização Não-Governamental	2005
Bansol (Banco Solidário)	Organização Financeira da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia	2001
Incuba(Incubadora de Empreendimentos Solidários)	Rede Unitrabalho (Rede Nacional de Universidades)	1996
Itcp's (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares)	Rede ITCP's (Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares)	1998

A institucionalização da economia solidária refletiu para alguns atores que construíram este processo como a perda do caráter de luta ou de movimento, porém alguns autores a entendem como política pública alternativa ao desemprego. Daí, o debate que se contorna no que concerne à identidade da economia solidária, relaciona-se ao seu caráter de política pública ou a um conjunto de experiências associativas e com princípios solidários em oposição ao sistema hegemônico vigente?

Tomando a emergência da economia solidária como fato para Araújo; Silva (2005) a configuram como um novo gênero de política pública no Brasil, visão corroborada e ampliada por Schwengber (2005), para o qual a política pública de economia solidária é fundamental para a construção da democratização do Estado brasileiro,

constituindo-se em mais uma frente de luta. Trata-se de argumento diferente dos liberais, os quais segundo Farid Eid (2007, p.48) compreendem a economia solidária apenas como instrumento corretivo de crises no sistema capitalista. Posição mais contundente é tomada por alguns autores que ponderam a economia solidária como potencial para eliminar desigualdades, ponto de vista adotado por Amorim; Araújo (2004) ratificando que esta é alternativa diante da exclusão social, capaz de organizar a produção de forma que satisfaça a todos e elimine desigualdades, difundindo valores de solidariedade.

Assim o é também para Singer (2002), para o qual a raiz das desigualdades encontra-se no modo como está organizado o trabalho e a produção, implicando em competição entre desiguais, diferença entre ganhadores e perdedores dentro do sistema capitalista de produção em que o individualismo é operante, provocando colapso social quando não há espaço para todos e condições igualitárias para que se participe desta competição. Entretanto a proposta da economia solidária tem como cerne a associação de iguais, pessoas que partilham condições sociais semelhantes e que tem a posse coletiva dos meios de produção e do trabalho em si, são os proprietários do trabalho, todos têm poder de decisão, partilham igualmente os ganhos e as relações sociais tem como elo a solidariedade entre seus pares, respeito às liberdades individuais.

Porém, o debate conceitual acerca da economia solidária é extenso e críticas a esse modelo são recorrentes, tal como a realizada por Ghibaudi (2004 apud SILVA, 2007, p.152), que apontam dois problemas fundamentais presentes na proposta da economia solidária: o primeiro é o que se refere à incongruência entre o caráter normativo do que deveria ser autogestão e a idealização das práticas concretas; o segundo fator é a falsa ideia de autonomia das relações capitalistas dominantes.

Santos (2005) também considera a economia solidária como mais um modo de produção convivendo com diversos outros modos de produção dentro do sistema capitalista auxiliando na sua formação, já que considera que o capitalismo não se restringe a somente um modo de produção, mas também molda a sociedade legalmente e alicerça seus valores.

Diversas são as correntes que compreendem o projeto da economia solidária, em tons de mudança social, manutenção do sistema capitalista, alternativa de trabalho precarizado e sem possibilidade de inserção em um mercado competitivo ou como uma possibilidade extremamente transformadora do sistema econômico e social vigente, ou ainda como uma estratégia crucial no combate ao desemprego mas o relevante é que a economia solidária se estabelece no Brasil como política pública voltada para o combate ao desemprego e pobreza, as lutas atuais do movimento se orientam para que se crie legislação para regular e compreender de forma diferenciada os empreendimentos da economia solidária no que concerne ao caráter legal e tributário das organizações além de leis que reconheçam e apoiem o desenvolvimento deste outro tipo de economia. Em âmbito municipal o projeto de lei de economia solidária está totalmente vetado pelo poder correspondente e a nível estadual e federal ainda tramitam os projetos de lei de iniciativa popular para a política estadual e nacional de economia solidária.

3.1 Economia Solidária e sua interface: cidadania/autonomia e as mulheres, o que pensar?

Diante dos vários vieses de concepção da economia solidária enquanto forma de organização e gestão do trabalho, regidos por princípios como igualdade, democracia e solidariedade surge uma questão central está relacionada ao tema, que se refere ao processo de cidadania/autonomia/emancipação em que o sujeito está imerso. Quando se avalia a intersecção do nascimento da economia solidária no Brasil e as políticas sociais de combate ao desemprego, se pode pensar na concepção do que se denominou o sujeito popular. Nesse sentido Ivo (2008) pondera que a construção dessa visão se centra no fato de que as políticas de gasto social desenvolvidas para a satisfação das necessidades básicas da população pauperizada tais como o apoio à economia popular, voltaram-se para a construção do que se denominou o sujeito popular. Este suscita algum tipo de atividade econômica tendo a autogestão como o canal ideal para a organização e satisfação das suas necessidades.

Trata-se de um tipo de mobilização da cidadania que, “mesmo envolvendo ações no âmbito do mercado, supõe um papel ativo do Estado Social” (IVO, 2008, p.176). Ou

seja, torna-se uma atividade emancipatória das camadas populares, em um processo contínuo do fazer/refazer dos direitos e deveres na sociedade. Nesse bojo a autora entende que se trata de uma dinâmica emancipatória envolvendo o exercício ativo da cidadania.

Sem adentrar de forma profunda na discussão desses conceitos serão descritos alguns pontos passíveis para análise no que toca a relação da economia solidária com a cidadania. De que forma a cidadania seria o resultado de um processo emancipatório dos indivíduos? A resposta não é curta e objetiva, o conceito de cidadania em si mesmo é intrincado e amplo, possuindo diversas vertentes interpretativas desde Thomas Marshall até teorias marxistas e gramscianas que o abarcam. A autora Vieira (2001) trata de diversas abordagens sobre o mesmo, a relação renitente que chama atenção quando se trata de cidadania é a tríade Estado, mercado e sociedade civil: “a cidadania concerne, deste modo, a relação entre Estado e cidadão, especialmente no tocante a direitos e obrigações” (p.37). Logo, trata-se de uma via de mão dupla entre o Estado e o cidadão envoltos na reciprocidade de direitos e o cumprimento de obrigações.

O conceito de sociedade civil também é passível de análise, mas de modo geral pode ser compreendido como o conjunto de organizações mobilizadas pelos indivíduos em ações coletivas a fim de promover mudanças sociais. Essa relação cidadania/sociedade civil é factível, e comumente a economia solidária aparece como mobilização nascente e ativa da sociedade civil dialogando e sendo amparada pelo Estado, provocando o exercício da cidadania por parte dos sujeitos envolvidos.

“Assim, a maior parte das lutas pela cidadania é realizada no âmbito público em torno dos interesses de grupos sociais, embora – cabe a ressalva - a sociedade civil não possa constituir o lócus dos direitos de cidadania por não se tratar da esfera estatal, que assegura proteção oficial mediante sanções legais”(VIEIRA, 2001,p.37).

Outra relação estritamente visível e necessária no âmbito da economia solidária é compreendê-la como uma necessidade que emerge da organização da sociedade civil e se dissemina por outras esferas como Estado e o mercado, conforme Vieira (2001):

“Walzer explora ainda o conceito de sociedade civil como arena de enfrentamento: enquanto a cidadania é à base da unidade social, a sociedade civil ao permitir o enfrentamento crítico das diversas reivindicações sociais, desempenha suas tarefas clássicas de gerar civilidade” (p.44).

Dessa forma, os agentes da economia solidária, a quem chamaríamos de organizações, entidades de fomento e gestores públicos provocam debate em torno da arena pública sobre as questões que os interessam, mas para que efetivamente gere cidadania é *mister* que a dinâmica vá para o espaço estatal sendo asseverada por meio da lei. Daí pode-se pensar as mobilizações atuais desses agentes em prol da aprovação das leis nacional e estadual da economia solidária.

Esse exercício dos direitos e deveres encontra nas mulheres protagonistas da sua própria história e do seu trabalho um amplo espaço para discussão do processo de autonomia ou emancipação, ou ainda independência quando donas do seu próprio negócio rompendo relações de submissão e assumindo o controle do seu trabalho e das decisões a ser tomadas. Culti (2004) salienta:

A atuação das mulheres na economia solidária a partir de atividades geradoras de renda abre a elas um campo para que se tornem proprietárias dos meios de produção, com as mesmas chances que os homens, mediante a propriedade coletiva. A renda também é mais bem equacionada entre os homens e mulheres, visto que a distribuição do excedente parte do princípio democrático de igualdade de direito dos cooperados. (p. 2; 3).

Portanto, pressupõe-se ao menos em tese que as mulheres tenham a mesma renda dos homens no trabalho da economia solidária e que a sua influencia no processo de tomada de decisão é tão importante quanto o do homem, o que comprometeria a que se realizassem relações de trabalho pautadas na desconstrução das desigualdades entre homens e mulheres, mas também o que não assegura que desconstruções em torno da dicotomia feminino/masculino ocorram.

Não se sabe ao certo que tipo de processo ocorre para o indivíduo participante da economia solidária e especificamente a mulher, entender cidadania como a luta dos

grupos sociais em torno de interesses específicos como aponta Vieira (2001) abre precedentes para compreender a economia solidária enquanto mecanismo para se chegar a cidadania ativa, ou como aponta Culti (2004) para rompimento de desigualdades entre homens e mulheres a partir do trabalho coletivo. O fato saliente é considerar, em que medida ocorre construções e desconstruções do gênero e que tipo de processo acontece, seja de cidadania voltada para o exercício de direitos e deveres ou autonomia no sentido do sujeito autônomo, de que forma ocorre a desconstrução da questão de gênero dentro do cooperativismo da economia solidária e como ocorre para que seja possível compreender quais as construções e desconstruções ligadas a esse processo.

4. GÊNERO E TRABALHO

A inserção da mulher no mundo do trabalho não é um fenômeno presente apenas nas últimas décadas, há muito as inúmeras atividades são realizadas por homens e mulheres, contribuindo para a engrenagem social. Tendo em vista as mudanças no último século, apresenta-se um quadro de mudanças de perspectiva e de ação relevantes para ser compreendidos, no qual o gênero e o trabalho emergem e se interceptam como categorias analíticas legítimas para amparar os estudos que os correlacionam.

O gênero como categoria analítica fundante para se pensar o mundo do trabalho não surgiu sem conflitos ou dissensos. Desarraigar-se da dicotomia feminino e masculino, e deixar a explicação causal que une a biologia e o patriarcado à subordinação da mulher, tornaram-se desafios para refletir e contribuir com conhecimentos sobre o mundo do trabalho.

Souza - Lobo (1991) aponta as nuances sob as quais foi construída esta categoria, como está explícito no excerto abaixo:

“A construção do gênero como categoria analítica certamente tem a ver com os impasses da teoria do patriarcado e das análises marxistas, tanto quanto com o desenvolvimento autônomo de abordagens psicanalíticas” (p. 187)

Trazendo as contribuições da autora Joan Scott para o debate, a mesma utiliza-se do gênero sob duas perspectivas:

“1. O gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseados nas diferenças perceptíveis entre os sexos” 2.O gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis” (LOBO,1991,p.187).

Scott(1991) propõe a opção pela abrangência dos estudos de gênero e não somente sobre mulheres porque isto estabelece uma restrição a estudos que poderiam ganhar amplitude e profundidade do conhecimento sobre a sociedade. As pesquisas feministas contribuíram para que o gênero fosse visto como relação social e histórica

implicando relações de poder que perpassam toda a tessitura social. (LOBO, 1991,p.190).

As convergências e divergências dos estudos do gênero refletiram também na agenda de pesquisa brasileira. Os estudos da sociologia do trabalho brasileira até fins da década de 1970 estavam orientados ao sindicalismo corporativo, seguindo a linha de preocupações sobre a classe operária, que já trazia subjacente em si mesma uma classe masculinizada. Maruani; Hirata (2003) trazem a noção de que a sociologia do trabalho ao voltar seu olhar para a relação homem/mulher quebrou paradigmas deixando de ver o elemento masculino como o centralizador.

A agenda de pesquisa construída sobre problemas com modernização, industrialização e desenvolvimento trazia de forma tímida, porém, fundamental as problemáticas do trabalho feminino conforme apontam Maruani; Hirata (2003), que eram estudadas sob diversas óticas, com a compreensão de que a força de trabalho feminina era utilizada singularmente no exército industrial de reserva, como mão-de-obra excedente e descartável, sempre disposta a ser utilizada de forma degradante. Tais estudos ganharam destaque a partir do significado do trabalho feminino na organização familiar, associado à noção do simbólico, do significado das práticas sociais na formulação de concepções e na organização do trabalho.

Paralelamente, a noção de divisão sexual do trabalho e as acepções que a move, dialogam com a categoria do gênero no decurso do trabalho das autoras inglesas e francesas. A questão da divisão sexual do trabalho como reflexo da divisão sexual dos papéis sociais obtiveram destaque no trajeto da construção dessa agenda de pesquisa. Porém quando se leva em conta que a divisão sexual do trabalho provém de outra nascida e alimentada no seio social, percebe-se que está subjacente a lógica que aceita as diferenças naturalizadas entre homens e mulheres, criando obstáculos na compreensão de formas históricas e culturais da divisão sexual do trabalho. (MARUANI; HIRATA, 2003,p.198)

Os estudos suscitam diversas questões a partir da noção de divisão sexual do trabalho, sendo o trabalho fabril um dos lócus fecundos para análise do trabalho feminino, a questão das diferenças de qualificações para homens e mulheres e a

perspectiva da naturalização dos talentos e dons das mulheres e a qualificação dos homens constituem assim outro tipo de problematização evocada. A noção da divisão sexual do trabalho traz à pesquisa implicações de ordem estrutural no tocante ao seu uso e, portanto, utilizar-se do gênero como categoria implica ampliar o debate e estender a análise à complexidade da dinâmica social e suas construções desfazendo umnexo causal, Souza - Lobo destaca:

“Por que o uso do gênero como categoria analítica? Porque justamente constrói ao mesmo tempo uma relação social-simbólica sem estabelecer uma mecânica de determinação” (LOBO, 1991, p.201).

Segundo a autora, novas questões são postas à sociologia do trabalho a partir da articulação desta noção de gênero e divisão sexual do trabalho. E a relação de trabalho é redefinida propondo a preocupação com outras formas de organização do trabalho, problematizando subjetividades e identidades do mundo do trabalho (LOBO,1991,p.203).

Tudo isso demonstra que os conflitos conceituais reconfiguram as pesquisas sobre a mulher e o mundo do trabalho, nesse sentido o quadro analítico é confrontado com as suas mudanças e rompimentos, como mostram as autoras Maruani e Hirata compreendendo que existem novas fronteiras da desigualdade, que não partem do binômio homem/mulher, mas se recriam em formas e dinâmicas da desigualdade que extrapolam as divisões sexuais.

Tendo em vista as alterações correntes no universo de trabalho em todo o mundo e suas *novas morfologias*, destaca-se a crescente atividade feminina conforme Antunes (2009), porém essas alterações têm de ser observadas de modo refreado uma vez que debilidades e deficiências advindas da inserção da mulher no mercado de trabalho ainda persistem e são reconfiguradas (MARUANI; HIRATA; 2003).

Tomando-se o trabalho como categoria fundante da vida humana alusão de Antunes feita ao pensador Karl Marx, qualquer forma deste, que seja alienante ou que infelicite o ser social deve ser recusada:

“E ao mesmo tempo que os indivíduos transformam a natureza externa, alteram também a sua própria natureza humana, num processo de

transformação recíproca que converte o trabalho social num elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana”(ANTUNES, 2009,p.32)

O cenário de mudanças do mundo do trabalho tem sido acelerado e atinge aqueles que não são qualificados e educados para o mercado, tornando-se uma competição desenfreada em que as exigências do capital ditam a forma como se dão as sociabilidades. Nesta relação visceral entre homem e trabalho, este se torna estranhado ao seu produto, pois sua identidade é alterada, o que era pra ser elemento central da vida, torna-se meio de subsistência (Marx, 1974, apud Antunes, 2009).

“Portanto, com o advento do capitalismo , houve uma transformação essencial que alterou e complexificou o labor humano.Essa dupla dimensão presente no processo de trabalho que , ao mesmo tempo cria e subordina , emancipa e aliena, humaniza e degrada, oferece autonomia , mas gera sujeição , libera e escraviza, impede que o estudo do trabalho humano seja unilateralizado ou mesmo tratado de modo binário e dual.”(ANTUNES,2009,p.233)

No inicio da década de 70, emergem formas de trabalho precarizado, fruto da apropriação do capitalismo com novas roupagens, tais como a flexibilização, *part-times*, cooperativas, empreendedorismo entre outras formas organizacionais que corroboram a precariedade do trabalho, alterando a forma de ser da classe trabalhadora.

Pouco antes, no inicio dos anos 1960, Maruani e Hirata(2003) destacam a crescente feminização do trabalho assalariado,considerando que a quantidade de mulheres ocupando postos de trabalhos formais e a elevação do nível de escolaridade não possibilitaram rupturas com as desigualdades de sexo.

“No inventário das transformações da atividade feminina, quatro elementos dominam: a terceirização, o assalariamento, a continuidade das trajetórias profissionais, o sucesso escolar e universitário.” (MARUANI, HIRATA, 2003, p.23).

Nesse sentido , é preciso atentar para os nexos causais utilizados pelos estudiosos do gênero e do trabalho,uma vez que a quantidade de postos de trabalho ocupados

por mulheres, o aumento de renda e outros fatores de ordem quantitativa corroboram a inserção delas no mercado de trabalho, entretanto, não revelam as desigualdades localizadas no âmago das relações sociais. Portanto, o conceito de bipolarização segundo Hirata (2009) trata dos deslocamentos das fronteiras das condições, pois novas desigualdades são produzidas à medida que há a entrada da mulher no mercado de trabalho, demonstrando que os assuntos abrangentes da sociologia do trabalho encontram-se com o estudo do gênero e seus desdobramentos na vida social. É importante salientar que mudanças no cenário do trabalho no Brasil e no mundo foram cruciais para que agendas de pesquisa e políticas sociais fossem debatidas e construídas entorno da questão de gênero.

4.1 Divisão sexual do trabalho e a categoria de gênero

Os estudos da divisão sexual do trabalho ganharam status de objeto de pesquisa tão somente nos anos 1990, como apresenta Hirata, (2003). Uma das questões mais ligadas ao tema é a atribuição do trabalho produtivo aos homens e do trabalho reprodutivo às mulheres, como explícito no excerto abaixo:

“A divisão do trabalho entre homens e mulheres é em primeiro lugar a imputação aos homens do trabalho produtivo – e a dispensa do trabalho doméstico – e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres”(HIRATA, 2003, p. 113).

Assim, o valor atribuído ao trabalho dos homens e das mulheres é o instrumento que cria e recria a hierarquia social do primeiro, em uma dinâmica centrada no trabalho, na atividade produtiva, enquanto à mulher é relegada à atividade reprodutiva, biológica, naturalizada. Para autoras familiarizadas ao conceito da divisão do trabalho sexual, este é a pedra de toque das relações sociais de sexo, incrustadas no seio social através dos hábitos, práticas e formas dessa divisão. Portanto:

“A divisão sexual do trabalho é o suporte empírico que permite a mediação entre relações sociais (abstratas) e práticas sociais (concretas) e a elaboração de hipóteses de médio alcance”(Hirata 2003,p.114)

Este conceito é evocado para se pensar as relações de poder, é o saber necessário para que se reflita sobre estas relações na sociedade, ou seja, a divisão sexual do

trabalho é de onde emergem às formas desiguais subjacentes as relações sociais. Joann Scott marca os estudos sobre gênero principalmente em seu artigo *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*, em que a autora realiza uma digressão científica sobre as principais abordagens do gênero no âmbito da história, psicanálise e ciências sociais em geral.

A definição de gênero como estudo centrado em mulheres corroborando a visão dicotômica de homem/mulher ratifica esse tipo de construção, a que o campo de estudos do gênero se empenharia em desconstruir. O que se coloca no gênero não é a negação das diferenças externas e visíveis entre homens e mulheres mas a centralidade do mesmo como forma de significar as relações de poder :

“O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”(SCOTT,1991,p.14)

Para tanto a autora desenha quatro elementos ligados ao gênero e que devam ser levados em consideração em um trabalho de análise, são eles: os símbolos culturalmente disponíveis, ou seja, as representações simbólicas existentes, conceitos normativos, noção de político e identidade subjetiva. Elementos que se intercambiam na análise do gênero e que se tornam essenciais para se pensar de que forma são produzidas as relações no seio social que reforçam e são incrustadas no universo dicotômico do feminino/masculino. Considera-se, portanto as múltiplas formas de tornar-se mulher inclusive no âmbito do trabalho onde se encontram representações simbólicas tidas como únicas e universais.

Ou seja, sabe-se que a mulher utilizando-se da sua força de trabalho construiu o mundo do trabalho e da família, espaços e instituições primárias nas quais os indivíduos reconhecem-se e, portanto onde os significados culturalmente atribuídos ganham estatuto de normas estabelecidas e inculcadas, enquanto identidades são feitas e refeitas.

Diante dessas mudanças a análise a respeito da mão de obra feminina está incluída no bojo de complexidades relativas ao mercado de trabalho, conjuntura econômica,

processo de organização do trabalho, subjetividade das trabalhadoras e várias outras características fundantes para análise.

5. A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO EM SALVADOR

Segundo dados fornecidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome existem no Brasil, 16,27 milhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza. Lidar com pobreza, exclusão social e desenvolvimento econômico parece ser a tríade sob a qual se ergue os principais percalços do país. Desde a década de 1990 até hoje, as ações governamentais e políticas públicas foram intensificadas e construídas a fim de que se possam sanar esses entraves.

Compreender o mercado de trabalho no Brasil é levar em consideração as desigualdades de sexo e raça. Conforme as pesquisas de Bruschini (2005); Hirata, (2008) a situação das mulheres trabalhadoras aponta em geral para elevado desemprego em relação aos homens, e a má qualidade do emprego da maioria dessas mulheres além de em geral serem as principais responsáveis pelos cuidados domésticos.

Segundo dados de Bruschini, (2008) o aumento e regularidade da atividade feminina foram expressivos no decano de 1995-2005, considerando-se também que o número de mulheres ocupadas no Sudeste era inferior comparado ao Nordeste. Os dados mais atuais afirmam que o crescimento da atividade feminina de 2001-2011 foi registrado em 9,9% (IBGE, 2012, p.135). Ainda segundo a mesma pesquisa o percentual de mulheres que ocupam postos no trabalho formal é de 54,8% em contraposição a 45,2% que ocupam postos no trabalho informal, sendo relevante destacar que para esse período o crescimento do trabalho formal ocorreu de forma generalizada e considerando suas variações, não é anômalo o fato e que o maior numero de trabalhadoras é de assalariadas.

Além de mudanças demográficas e culturais que se acentuaram nos últimos anos, considerando-se que a educação contribuiu para que as mulheres tivessem oportunidades de trabalho. Quanto aos setores do mercado em que as mulheres são presença massiva estão os de serviços, agropecuária, setor social e comércio

conforme Bruschini, (2008). Em 2011, o trabalho por conta própria representou 15,7% das atividades femininas, onde se pode incluir o trabalho em organizações coletivas, ou seja, verificou-se o crescimento em todos os âmbitos das atividades femininas. Ao mesmo tempo a taxa individual de crescimento de renda dos denominados “grupos excluídos” cresceu para as mulheres a 6,53%(IPEA, 2012, P.30).Vale ressaltar as pesquisas efetuadas ao longo das últimas décadas as mulheres encontravam-se massivamente no trabalho doméstico representando 6 milhões das trabalhadoras em todo o Brasil.

A região Nordeste possui suas especificidades advindas de sua constituição histórica e sociopolítica, onde o quadro de renda e ocupação relativo ao estado da Bahia é favorável à população de modo geral. Por exemplo, na Bahia a renda domiciliar per capita saltou de 279,6R\$ para 413,3 R\$, enquanto outros números apontam um quadro desfavorável para o emprego, pois à taxa de desemprego caiu apenas 1% no período de 2001 até 2009. (IPEA, 2012, p.13-15).

Salvador está inclusa nesse cenário, pois segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), em abril de 2013 a taxa de desemprego na região metropolitana de Salvador estava em 20,2% representando um salto em relação ao mês anterior cuja taxa estava em 19,7% (DIEESE, 2013, p.1). Logo, o desemprego é um das dificuldades enfrentadas pela maior parte da população.

A pesquisa sobre a informalidade no mercado de trabalho na Bahia nos anos 2000, (2013), baseada em dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000-2010, apresentou um dado relevante segundo o qual as mulheres negras são maioria em Salvador em postos de trabalho precários e alocados no setor serviços, ou seja, na prestação de serviços pessoais, comunitários e na comercialização de produtos, a maior porcentagem de desocupados está no nicho de mulheres negras, assim como a maior quantidade de trabalhadores (as) são negros (as).

Nesse sentido, Salvador conta com um cenário no qual deve ser levada em consideração a condição das mulheres negras que no universo dos desocupados

representam o maior número e também nas ocupações precárias sem garantias dos direitos sociais dados ao trabalhador formal e condições mínimas de segurança e bem-estar em suas ocupações.

As informações quantitativas aí descritas permitem inferir que há duas questões visíveis que influenciam no trabalho, a questão relativa ao gênero, ou seja, de modo geral as mulheres estão em desvantagem com relação aos homens tanto em termos quantitativos, quanto de remuneração ou tipo de ocupação agregando-se a isto o fator cor que condiciona a maior precariedade das ocupações. Além disto, é atribuída à mulher os cuidados domésticos que incidem sobre a jornada de trabalho, é relevante atentar para o tipo de ocupação que a mulher possui, pois a mesma têm que exercer o cuidado com a família, ponto culminante para se avaliar a sua condição no mercado de trabalho, a pesquisa do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apontou um crescimento vertiginoso da mulher enquanto chefe do domicílio, traçando paralelo com a compreensão que Hirata (2005) destaca sobre a jornada em tempo parcial, utilizada majoritariamente por mulheres para responder as demandas dos cuidados domésticos.

5.1 Descrição do cenário

Salvador é uma capital cuja população residente é de aproximadamente 2.676.606 milhões de habitantes, cuja maioria são mulheres, conforme apontam os dados do último censo do IBGE, (2010). Uma população que subsiste em meio às incongruências refletidas em altos índices de desemprego, números elevados de violência, e problemas relativos a uma metrópole que cresce com uma estrutura organizacional e espacial débil. Nesse bojo, diversas formas de trabalho emergem conquanto a necessidade seja crescente para a população que não possui qualificação e mão de obra não atende as exigências do mercado capitalista. Portanto as cooperativas da economia solidária encontram nesse espaço as contradições e o choque de uma metrópole em desenvolvimento.

Torna-se importante pontuar um desafio que reside na natureza legal dessas cooperativas, muitas das quais pertencem à Economia Solidária não sendo legalizadas, ou seja, judicialmente não existem enquanto cooperativas, porém se

inscrevem sob outras titulações tais como: associações, coletivos, grupos entre outras denominações, ainda que adorem a forma de organização das cooperativas.

Seu surgimento responde aos números que indicam aumento consecutivo do desemprego na região metropolitana de Salvador, crescimento furtivo do setor de serviços e a dificuldade de absorção do mercado de toda mão de obra presente principalmente dos indivíduos que não possuem qualificações. Alternativas de sobrevivência e de atividades econômicas surgiram em meio a um quadro desfavorável para a estabilidade do emprego para todos, emergem com lócus nos setores populares experiências de: pequenos empreendedores, comerciantes, cooperativas, associações, coletivos e outras formas de organização da produção e da comercialização.

Os dados mais recentes relativos à existência de cooperativas em Salvador estão presentes no Catálogo: Cooperativas do Estado da Bahia, de 2012 onde constam somente cooperativas legalizadas (formais), neste constam 443 cooperativas em Salvador, sem distinção da existência de vínculo com a economia solidária.

Nos dados disponibilizados pelo mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária no ano de 2007, informam que existiam em Salvador 66 empreendimentos econômicos solidários, que podem ser clubes, associações, coletivos, redes, e cooperativas, portanto esse número não se restringe às cooperativas, mas abrange organizações em suas formas diversas que atuam no âmbito da economia solidária. Destes 66 empreendimentos, 30 são cooperativas da economia solidária, outro dado importante é que dos 66 existem 56 empreendimentos cuja forma de participação dos seus associados se dá por meio de decisões coletivas, corroborando a prática dos princípios da economia solidária.

Os dados específicos relativos às cooperativas e grupos que pertencem a economia solidária sem distinção de formalidade ou informalidade estão sendo construídos através do SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária), instrumento criado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária para realizar o levantamento quantitativo dos grupos da economia solidária em todos os estados do Brasil a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas, dando

visibilidade às ações nessa área. Nesse sentido a coleta de dados referente a organizações informais, mas que possuem vida orgânica de cooperativa encontra-se fragilizado tendo em vista o alcance limitado do mapeamento do ano de 2007.

Em Salvador, as cooperativas de trabalho ligadas a Economia Solidária pertencem a diversos segmentos: alimentação, artesanato/costura, reciclagem e outros produtos e serviços oferecidos, nesta pesquisa concentro-me no estudo das trajetórias das mulheres da Cooperativa Múltiplas Fontes de Engomadeira (COOFE). Para compreender e situar o objeto de pesquisa é necessário rever a história do bairro, considerando-o como um lócus importante no desenvolvimento da economia solidária, uma vez que esta economia também se volta ao desenvolvimento local sustentável e promoção de articulação entre os setores populares do bairro.

O bairro de Engomadeira nasceu na década de 1940 em Salvador, período em que começaram a eclodir as invasões, localizado na região do Cabula, limitado pelos bairros do Saboeiro, Beirú, São Gonçalo. O bairro de Engomadeira situa-se no que ficou conhecido como o Miolo de Salvador, área que abrange desde a BR-324 até a Avenida Paralela, observando-se que o bairro chama atenção por sua localização com apenas uma via de penetração e contingente habitacional gritante, sobretudo de crianças e jovens. O bairro possui uma origem ancorada no trabalho, constituindo-se pelo tipo de atividade que era executada na região:

“A origem do nome Engomadeira, bastante original, para um grande número de moradores, surgiu porque o local abrigava um grande número de lavadeiras que lavavam e passavam com o conhecido “ferro de passar” ou “engomar”, já que estas mulheres usavam goma para que os tecidos das roupas ficassem mais firmes. Por sinal, utilizavam no trabalho, a água do riacho da Baixa de Nanã, hoje transformado em esgoto “(ROCHA, 2002.)

Desse modo, o trabalho feminino foi fundante para a formação do bairro, além de desenvolverem o seu trabalho como lavadeiras e engomadeiras que recebiam as demandas do quartel das Forças Armadas localizado no Cabula, essas mulheres também foram responsáveis em 1985, pela criação do instrumento de participação e cidadania do bairro, o Conselho de Moradores do Bairro de Engomadeira

(COMOBE) responsável por articular ações para atender as necessidades da população residente. (FGM, 2006).

Quanto aos aspectos geográficos, o bairro faz parte da área da bacia hidrográfica do Rio das Pedras. (p.175) Seu processo de urbanização, iniciou-se na década de 1980, através da unidade do *Programa de Integração do Miolo de Salvador*¹, realizado pela Prefeitura Municipal de Salvador em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), sob execução da empresa Habitações e Saneamentos S/A. Na época o projeto visou a melhoria de uma série de problemas e deformidades próprios da ocupação desordenada :pavimentação, esgotamento sanitário, transporte público com mais linhas e de maior qualidade, reestruturação do espaço de lazer, criação de creches comunitárias e escolas, dentre outras medidas, que surgiram como as principais reivindicações dos moradores nesse período.Os dados apontados em 1980 indicavam que a população residente ocupava-se majoritariamente no setor de serviços, com atividades de baixa-renda. (PROJETO ENGOMADEIRA, 1983).

Decorridos dez anos, é possível notar que as reivindicações dos moradores eram as mesmas de quando o programa foi implementado, destacando-se a falta de uma rede de esgoto, saneamento, além da presença do lixão, principalmente em um local conhecido como a Baixa de Nanã. Em 2000, os moradores relataram experiências quanto à existência do tráfico de drogas na região.

Destaca-se que as carências apontadas pelos moradores desde a década de 1980 são reiteradas ainda hoje. Uma incursão no bairro permite observar que ainda há apenas uma via de penetração, entrecortada por diversas baixadas, becos e ruelas, o bairro possui um final de linha para ônibus, no qual encontra-se apenas uma praça com diversos estabelecimentos comerciais ao longo da rua principal: mercados, farmácias, lanchonetes, lojas e outros pontos comerciais. Atualmente o bairro conta com três escolas municipais, um posto de saúde e a associação de moradores.



Foto registrada pela pesquisadora em 08/07/2013 – via de acesso ao bairro.

Os problemas do bairro ainda não foram sanados, mas modificações velozes ocorreram desde 1980 até agora. Em 2010, a população residente era de 10.841 habitantes, 26,05% dos chefes de família tem renda mensal de até dois salários mínimos, sendo que destes apenas 34,23% possuem de quatro a sete anos de estudo, o que indica que os mesmos tem apenas o ensino fundamental (SANTOS 2010 p. 200). Os dados sobre mortalidade infantil são referentes aos distritos sanitários, o distrito de Engomadeira é o Cabula/Beiru no qual em 2008 a taxa de mortalidade era de 17,5 para cada 1000 novos nascimentos (PMS, 2010, p.109). Assim é possível notar que a ocupação no bairro é desregulada, há muitas casas e comércios com limites mínimos e predominância de lajes com construções acima delas, casas e pequenos comércios.

Tendo em vista a peculiar história do bairro de Engomadeira que fora construída pelo trabalho que as mulheres executavam e observando-se a complexidade das formas organizacionais de trabalho que emergem na sociedade capitalista em um contexto em que a pobreza é evidente, as políticas sociais se fortalecem e as discussões de gênero são reinventadas, a escolha do estudo das trajetórias das mulheres da Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira é imprescindível para compreender em um nível microssociológico uma história de superação da relação de submissão dessas mulheres e sua relação com o trabalho cooperativo.

O conhecimento do campo iniciou-se através da observação participante, vivência enquanto estagiária da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da

Universidade do Estado da Bahia, nos anos de maio/2011 a maio/2013 no processo de incubação desta cooperativa. Esse processo estava já finalizando, mas ainda foi possível para a pesquisadora participar de reuniões, construção da I Feira de Saúde, Arte, e Economia Solidária do bairro de Engomadeira, além da observação da vivência do grupo em diversas situações. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Estado da Bahia, hoje Núcleo de Cooperação e Ação em Políticas Públicas e Economia Solidária, núcleo de pesquisa e extensão da UNEB, foi criada em fins da década de 1990 com o intuito de acompanhar cooperativas populares, a história do núcleo é extensa, porém de modo geral é preciso destacar que a incubadora orienta suas práticas pautadas nos ideais propostos pela Economia Solidária, tendo a autogestão como elemento central de organização do trabalho, o âmbito de atuação é extenso e abrange desde as cooperativas populares até a participação em projetos de políticas públicas. Há também equipe multidisciplinar de profissionais, estagiários, técnicos que enriquecem a experiência de atuação na esfera da Economia Solidária.

O acesso ao documento que de forma sistemática organiza a história do grupo foi permitido pela ITCP/UNEB, que está realizando o processo de sistematização de suas experiências e publicação de um livro contando sua história ao longo dos anos. A princípio, o processo de mobilização dos moradores do bairro iniciou-se no ano de 1999, essa mobilização partiu da Incubadora para a comunidade apresentando-lhes uma forma alternativa de trabalho e renda por meio do cooperativismo popular. Daí então o contato inicial foi realizado com o Conselho de Moradores do Bairro de Engomadeira, o COMOBE, cuja interlocução permitiu a mobilização dos representantes do bairro e dos seus moradores, para conhecer a proposta. Outros encontros foram programados e 70 pessoas se mostraram interessadas pelo curso de cooperativismo dado pela Incubadora. Nos registros, sabe-se que alguns dos interessados (as) tinham experiência em um grupo de serralheria. Ao todo foram 145 pessoas que demonstraram interesse em continuar participando do curso e se envolvendo na proposta.

Ao final do curso - no início de 2000, contava-se com 63 participantes dos quais 58 eram mulheres – sendo dado o pontapé para a legalização da cooperativa com

todas as atribuições cabíveis para que esta etapa iniciasse. Legalmente, fundada em outubro de 2000, a Cooperativa Múltiplas Fontes de Engomadeira, recebeu o cunho de múltipla, dado à cooperativa que pode trabalhar com variedade de produtos, desde a confecção até a alimentação e oferta de serviços diversos. Vale ressaltar a presença das mulheres no processo formativo que algumas delas já haviam tido experiência como grupo coletivamente organizado para o trabalho com grades, atividade conhecida como serralheria.

Daí então houve a formalização da cooperativa, construção do estatuto e regime interno, mas também a definição do produto. Foi quando se realizou mais uma assembleia para decidir qual seria o produto e a cooperativa decidiu pela comercialização de pães. Houveram dificuldades de comercialização e produção ao longo dos anos em que a Coofe se estabeleceu e no ano de 2003 a Coofe contava com apenas 10 cooperadas hoje são 7 cooperados, sendo seis mulheres e apenas um homem.



Algumas empreitadas são centrais nesse processo e marca a história da cooperativa, tal como o curso de panificação e cooperativismo promovido pela própria cooperativa a 63 jovens do bairro de Engomadeira, de forma gratuita, entre os anos de 2010 e 2011 cuja relevância foi expressa pela necessidade da própria cooperativa de trabalhar com as carências e dificuldades de qualificação da população jovem, a promoção da I Feira de Saúde, Arte, Cultura e Economia Solidária em Engomadeira com a mobilização de serviços para o bairro e promoção de visibilidade da cooperativa, mobilização e criação da rede de alimentação e do fórum de cooperativas populares em Salvador. Além disto, como feito recente, a

cooperativa integrante de uma rede de alimentação, organizou juntamente com mais cinco empreendimentos o fornecimento de alimento para o evento da Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro, no ano de 2012.

5.2 Metodologia

Para que essa pesquisa fosse realizada contou-se com as observações desta pesquisadora s da experiência de trabalho na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Estado da Bahia, como estagiária dos anos de maio/2011 a maio/2013. Os primeiros contatos obtidos com o objeto em questão foram estabelecidos em visitas à cooperativa para acompanhamento das suas atividades e reuniões de trabalho. Durante o período inicial de atividades, a pesquisadora realizou anotações e percepções acerca do trabalho da mulher em cooperativas populares, o que se constituiu em anotações preliminares de questões de pesquisa que suscitaram o escopo de estudar o tema referido. O que chamou a atenção foi a crescente e intensa participação feminina na atividade cooperativa e a organização do trabalho – com todas as ressalvas aos impasses comuns da economia solidária- segundo os princípios já abordados.

A priori, o grupo foi informado a respeito da pesquisa e do objetivo de forma genérica, a aceitação para participar desse processo ocorreu de forma natural e sem problemas. A escolha da metodologia qualitativa e das técnicas de investigação e coleta de dados empíricos demandou grande reflexão para que se pudesse caminhar ao encontro do objetivo da pesquisa a partir da percepção do quanto era importante trazer à baila nas narrativas a relação de rompimento da submissão dessas mulheres e o processo decorrente do trabalho cooperativo na economia solidária.

Mesmo diante das fragilidades e impasses da técnica trazidos por Gondim (2003) referentes à utilização do grupo focal como técnica de investigação qualitativa, esta técnica fora escolhida para complementar as entrevistas semi-estruturadas realizadas a posteriori com algumas pessoas do grupo.

A técnica de grupo focal emergiu na década de 1970 principalmente em pesquisas de marketing. Após polêmicas sobre o uso da técnica na metodologia qualitativa

tradicional, chegou-se à definição do grupo focal como técnica em que se unem pessoas para que a partir das suas experiências pessoais, percepções e vivências possam ser discutidos assuntos de interesse do pesquisador, definição compartilhada por Gondim (2003); Gomes (2005). O papel do mediador como orientador da conversa foi realizado pela pesquisadora de forma que cada um falasse e que as opiniões fossem todas postas à mesa, inclusive as que divergiam do direcionamento que a maior parte das respostas tomava.

O encontro foi marcado previamente com a participação confirmada das sete cooperadas e o único membro homem da cooperativa, porém no dia da realização do grupo focal uma cooperada não estava presente. Decidiu-se a realização de apenas um encontro, onde fora dado ao grupo um termo de compromisso cujo conteúdo explicitava o compromisso com os dados fornecidos à pesquisa e com o sigilo das participantes para assinatura do grupo e da pesquisadora, preservando a identidade das entrevistadas bem como esclarecendo a liberdade de emitir quaisquer que sejam as opiniões. A duração do encontro foi de 1h e 20min; para o registro das informações utilizou-se gravação em áudio disposto de forma que captasse a fala dos envolvidos. Apenas duas das perguntas postas no roteiro não foram respondidas pelo grupo, enquanto todas as outras obtiveram a participação de quase todas as associadas. O uso de apenas uma sessão do grupo focal justifica-se pelo fato de que as anotações de campo, a observação participante durante todo o processo de acompanhamento do grupo já indicava um conhecimento limitado porém necessário das histórias e percepções das entrevistadas.

O uso de uma técnica de forma complementar, as entrevistas individuais semi-estruturadas, foi satisfatória, inclusive, para as participantes que após o encontro dirigiram falas satisfeitas com seu uso por deixá-las livres para expressarem suas impressões acerca dos tópicos conversados. O grupo focal foi realizado no intuito de dar as nuances de quais as narrativas seriam aprofundadas por meio das entrevistas individuais e de possibilitar a comparação das informações dadas no momento de realização do grupo focal com as entrevistas individuais.

As entrevistas semi-estruturadas foram escolhidas como aponta Creswell (2010), como forma de entrevista ideal para que as participantes se sentissem livres para

relatar suas experiências enquanto a pesquisadora iria fazer o papel de moderadora da conversa trazendo as questões necessárias para as respostas. Algumas questões foram aprofundadas enquanto outras já haviam sido contempladas na realização do grupo focal. Os dados foram cruzados de forma que possibilitassem a realização de comparações e paralelos com relação à história de vida das três cooperadas escolhidas para o aprofundamento das narrativas, ocorrendo de forma satisfatória.

6. AS MULHERES DA COOFE

Diante dos procedimentos adotados para coleta e análise dos dados, foi realizada a retomada dos objetivos da pesquisa e avaliou-se o grupo focal conforme o que se pretendia. Por meio da análise os principais temas foram elencados e postos em paralelo com a percepção da realidade desenvolvida pelas entrevistadas. Devido ao êxito do grupo focal, as participantes responderam de forma clara e bem desenvolvida vários pontos escolhidos pela pesquisadora para posterior aprofundamento. Os resultados da discussão foram colocados em forma de tabela para aprimorar a visualização. O sigilo das falas das participantes foi garantido, e estão representadas por letras alfabéticas a, b, c, d, e, f.

Contou-se com a participação de cinco mulheres, e a presença do único homem membro da cooperativa. Das cinco mulheres envolvidas na pesquisa, as cinco são negras ou pardas; três delas possuíam 40 anos ou mais, enquanto duas estão na faixa etária até os 40 anos; três são chefes de família, responsáveis pelo próprio sustento e o da casa, diferente de duas que moram com marido e familiares.

Resultado da discussão no grupo focal – Gênero – Quadro nº 2

Tema	Percepção da realidade
Relação da mulher participante no mercado de trabalho fora do serviço doméstico.	Dá autonomia, liberdade, independência financeira e poder à mulher que trabalha.
A percepção sobre o ambiente de	Posições antagônicas: atribuição da

trabalho ser majoritariamente feminino.	<p>dificuldade de relação social independente do sexo.</p> <p>Dificuldades no ambiente de trabalho provindas de estigmas e estereótipos da figura feminina: fofoqueira, orgulhosa, concorrente da outra mulher.</p>
Independência financeira e chefia da família.	Avaliaram como positiva a independência financeira e a maioria se reconhece como chefe de família.
Dupla jornada de trabalho: tempo dedicado ao trabalho na cooperativa e serviço doméstico.	Mostraram pouca dificuldade em conciliar o serviço doméstico e o trabalho, apesar de duas informantes apresentarem tensões nas obrigações do cuidado com filho e marido.
A relação da mulher com os espaços públicos e politizados de participação.	Reconhecem que através da cooperativa têm a necessidade de participar desses espaços, porém não há afinidade da maioria em atuar ativamente nesses espaços.

A percepção das cooperadas a respeito da mulher participante no mercado de trabalho, exercendo uma atividade laboral fora do espaço doméstico, foi a de que elas conquistam autonomia, liberdade, independência financeira e poder quando estão trabalhando independente da natureza desta atividade. Portanto, o trabalho em termos gerais sem distinção de cooperativo ou não, aparece como elemento fomentador dessa autonomia. No entanto quando questionadas sobre a diferença do trabalho cooperativo e o trabalho formal ou informal, mas em que pesem hierarquias e heterogestão elas associaram os ganhos do trabalho cooperativo à autonomia e

liberdade que possuem, enquanto no trabalho hierárquico pesou a figura do patrão, homem, ou seja, a hierarquia no trabalho tradicional e sexo masculino foram figuras associadas.

Associações como essas se enquadram no universo que Scott (1991) chamou de representações simbólicas existentes, construções elaboradas a partir da cultura masculina fortemente representada em nossa sociedade; o que descaracteriza para as cooperadas a figura do homem como o chefe é a autonomia que existe no trabalho cooperativo que para ocorrer é fundamental o princípio da autogestão como apontado por Lechat; Barcelos (2008), pois é por meio deste princípio posto em prática que as decisões e o gerenciamento da cooperativa acontecem de forma coletiva.

As cooperadas apontaram - como descritos na tabela nº 3 -, elementos como autonomia e poder aparecendo tão somente na avaliação sobre o trabalho cooperativo. Portanto, por meio dos princípios do trabalho cooperativo além do rompimento da relação de submissão da mulher ao homem resultante da equidade de participação, decisão e ganho, visão apoiada por Culti (2004), promove-se também a participação e decisão coletiva, ou seja, o trabalho deixa de ser individualizado e se torna o trabalho do grupo.

No que toca a construção de estereótipos da figura feminina, o grupo afirmou a dificuldade que denominaram de natural em lidar com o ser humano em qualquer que seja o ambiente, embora em maior medida aparecessem dificuldades em lidar com as mulheres, sob a justificativa de que as mesmas seriam fofoqueiras, concorrentes e orgulhosas, características colocadas em oposição à figura do homem, do masculino, ou seja, as construções do gênero são realizadas a partir das diferenças percebidas entre os sexos segundo a Scott (1991), nesse caso essas características, foram construídas como naturalmente atribuídas à sociabilidade das mulheres.

É importante reiterar o reconhecimento de si mesmas que essas mulheres possuíam, ao considerarem-se chefes de família e independentes financeiramente do marido ou familiares, elas consideraram e avaliaram como favorável a condição de

chefes de família mesmo que seja um peso adicional no seu labor diário. A maioria apresentou facilidade em conciliar suas tarefas domésticas e as horas dedicadas ao trabalho, duas participantes apontaram dificuldades relativas à questão familiar, uma delas possui a necessidade do cuidado com a filha menor de idade, enquanto outra possui um entrave relativo à divisão do serviço doméstico e questões financeiras com o companheiro:

“Em termos de marido, o meu marido é daqueles antigo (sic) que ainda preserva a cultura daquele machista mesmo, ele acha que o homem dentro de casa ele é pra botar comida dentro de casa e minhas coisas ele acha que eu tenho que trabalhar. Ele é machista de um lado e de outro não, minhas coisas, meu cabelo, minhas roupas quem ajeita sou eu.” (cooperada d).

Portanto, vê-se que como destacado no excerto acima, a fala da entrevistada sugere que elementos considerados como tradicionais pelo seu companheiro, o fato de ser atribuída ao marido a tarefa de sustentar a casa encontra abrigo no que Scott (1991), chamou de conceitos normativos, ou seja, conceitos evocados em doutrinas sejam elas religiosas, políticas, entre outros âmbitos que fortalecem esses dogmas sobre a construção do gênero. Mas ao mesmo tempo aponta a percepção da cooperada em compreender a atitude do marido como dicotômica considerada por ela como machista, conquanto em outros campos não o seja.

Mais um elemento relevante para se analisar é que, enquanto uma cooperativa da economia solidária há necessidade de participação em espaços públicos e politizados tais como órgãos e entidades do estado e do município bem como interlocução com organizações da sociedade civil como fóruns e redes, esse exercício ativo de cidadania conforme pondera Vieira (2001), resulta em uma atividade emancipatória para os estratos populares segundo Ivo (2008). A maioria das participantes não assumiu afinidade com a participação ativa em espaços públicos não apresentaram interesse pessoal.

“Desse ponto de vista de ver no fórum assim, eu nunca me vi não, mas como fala assim, a gente fala assim, a economia solidária, acho que esse papel já vem de dentro de casa entendeu. A partir de quando assim sermos solidários dentro de casa” (cooperada e).

A fala dessa entrevistada evoca uma dimensão essencial que se interconecta com o trabalho cooperativo da economia solidária, tratando do exercício dos princípios que norteiam o direcionamento político da proposta, a economia solidária deve ocorrer no âmbito pessoal primariamente para que em espaços de interlocução a vida orgânica da cooperativa esteja sustentada pelos seus ideais.

Resultado da discussão no grupo focal – Trabalho Cooperativo – Quadro nº 3

Tema	Percepção da realidade
Trabalho cooperativo da economia solidária versus trabalho tradicional.	<p>Necessidade de disciplina com a rotina de trabalho; o compromisso com horário e cumprimento de obrigações é comparado à vida de uma empresa.</p> <p>Referências à cooperativa como uma empresa do coletivo.</p> <p>Avaliação positiva da relevância das opiniões e participação de todas nas decisões da cooperativa como autonomia, liberdade e poder.</p>
Tomada de decisões.	<p>Apesar das cooperadas expressarem a importância da sua opinião é acatada a decisão da maioria.</p> <p>Quando ocorre o conflito de ideias o grupo não age como deveria, foi gerada insatisfação quanto ao amadurecimento do grupo nesse quesito.</p>
Princípio da solidariedade.	Avaliado positivamente como parte do amadurecimento do grupo e refletido

	<p>no dia-a-dia de trabalho da cooperativa.</p> <p>Referência ao cuidado e a ‘adoção’ do membro homem da cooperativa presente.</p>
Exercício de cidadania e envolvimento com o bairro de Engomadeira.	<p>Falta da dimensão das cooperadas da importância de construir processos de luta juntas.</p> <p>Necessidade de envolvimento com os problemas do bairro, porém limitação da ação devido a problemas maiores.</p>

No segundo eixo de análise centrado no trabalho cooperativo, têm-se apontadas pelas participantes as diferenças basilares entre o trabalho cooperativo e o trabalho tradicional focalizado na heterogestão, existência de hierarquias e decisões verticalizadas. É interessante notar que, de modo geral as participantes apontaram a semelhança da cooperativa à empresa comum com quadro de horários bem estabelecidos e cumprimento de rotina para que o negócio seja bem sucedido. O principal diferencial estava na possibilidade de emitir opiniões e tomar decisões em grupo sobre os rumos do seu negócio, como explícito na fala abaixo:

“e dentro do... de uma cooperativa é diferenciada, porque você é livre pra participar de tudo e todos, você opina, e também é uma empresa sua. Passa a ser uma empresa sua. Você passa a ser sócio não existe ninguém maior e nem menor, é todo mundo por igual. O mundo do cooperativismo é dessa maneira. Ou você com seu negócio próprio, você é livre... viu, pra falar, opinar, participar, não concordar e concordar.” (cooperada f).

O que corrobora a proposta da economia solidária segundo Singer (2002), ao propor a associação de pessoas em situação semelhante e possuindo os seus meios de produção. Ivo (2008) chama de sujeito popular esse indivíduo que se insere em organizações de gestão democrática, fortalecendo a cultura associativa. No entanto,

a dependência do empreendimento é inevitável em um sistema capitalista em que o mercado é feroz e exige competição. É o que Lima (2007) expõe ao tocar na necessidade que o empreendimento possui de corresponder a baixos custos e competitividade para sobreviver, ao mesmo tempo em que necessita construir novas relações de solidariedade social.

Diante das necessidades e dificuldades da proposta solidária, um aspecto muito importante levantado por Lima (2007) é a construção da cultura associativa junto a uma proposta política que mobilize os envolvidos, assim, a mudança de percepção e adequação a essa forma de viver e produzir não acontece rapidamente, mas é fruto de formação sociopolítica profunda. Com relação ao ponto sobre tomada de decisões, todas as participantes afirmaram a relevância de expressarem as suas opiniões quanto as decisões a serem tomadas, porém a gestão democrática se inclina para a democracia da maioria, pois se a decisão for abraçada pela maioria todas as outras concordam independente do que tenham expressado. Algumas participantes apontaram que essa questão necessita do amadurecimento do grupo, uma vez que o processo concebido pelas mesmas, seria o de refletir em cima de todas as opiniões levantadas, no sentido de compreender a lógica do outro, aparando as arestas a fim do consenso.

No âmbito das relações pessoais, as cooperadas apontaram dificuldades em lidar com o conflito de ideias, pois o grupo não diferencia as discussões voltadas ao coletivo e seus gargalos pessoais. Ainda nesse âmbito, um ponto avaliado como positivo foi à solidariedade e flexibilidade desenvolvida, com relação à compreensão do problema do outro e a necessidade de alterar a rotina de trabalho em favor da resolução de problemas pessoais, no seio familiar ou individual.

“Mas no começo foi difícil pra um ver o outro, mas foi através de busca, através de encaminhamento, através das lutas e das diversas, dos altos e baixos que passamos juntos. A gente não vive só um mar de rosas, mas todas nós junto (sic) vive uma grande dificuldade que temos uma grande dificuldade, mas varias dificuldades a gente supera junta (sic), eu acho que isso a gente aprendemos um a ser solidário com o outro.” (cooperada f).

“Que um tá compreendendo o outro, porque graças a Deus eu não tenho o que falar sobre isso, sobre as colegas, agradeço a Deus primeiramente, e

isso não tenho o que falar sobre as colegas. Eu tava precisando muito desse tempo, dessa compreensão e tive de todas, entendeu de todas. De ta ligando, perguntando e me demonstrou na precisão. E eu tenho precisado muito ultimamente e fui correspondida por todas elas.” (cooperada e).

Percebe-se na fala da cooperada f que a solidariedade foi construída ao longo da história da cooperativa, a princípio não era uma característica intrínseca ao grupo, mas foi sendo trabalhada ao longo da história da cooperativa. Na fala da cooperada e, há referência direta da necessidade de cuidado com a filha, o que pode ser interpretado como uma obrigação por ser mãe solteira, as questões familiares ficam a seu cargo.

Ao se reportar ao único membro homem da cooperativa, uma participante fez alusão ao caráter de adoção e cuidado mantido pelo grupo ao mesmo, uma vez que possui um problema de saúde. É interessante notar como é evocado o cuidado e o acolhimento construídos como dons naturalmente femininos como afirma Hirata (2003), fruto de uma construção cultural e social fortalecendo a reificação do imaginário que associa o trabalho reprodutivo da mulher às suas habilidades profissionais.

Conforme Vieira (2001) cidadania pode ser entendida como o fazer e refazer de direitos e deveres em uma relação tríade entre Estado, mercado e a sociedade civil. Para tanto a questão colocada foi no sentido de identificar se as participantes teriam interesse em se envolver em processos de luta. Elas orientaram sua posição para a obrigatoriedade de participar desses espaços sem interesse em um envolvimento mais efetivo, o que salienta a falta de dimensão da relevância de se lutar na arena social por melhorias para o grupo em si mesmo.

A vida da cooperativa se ambientou no bairro de Engomadeira, logo, o envolvimento com as necessidades e problemas do bairro foi uma questão posta as participantes que compreenderam a responsabilidade do grupo em trabalhar para melhorias no bairro, conquanto também afirmassem a limitação do trabalho devido a problemas no âmbito da segurança pública.

Algumas nuances puderam ser analisadas a partir do grupo focal, porém foram selecionados alguns critérios para o aprofundamento das narrativas dessas mulheres por meio das entrevistas semi-estruturadas, mediante a necessidade de aprofundar as questões de gênero e trabalho na economia solidária imbricadas nesse grupo. Nesse contexto, as escolhas se direcionaram da seguinte forma: a partir da história do grupo, percebeu-se que existiram mulheres que vivenciaram um coletivo que trabalhava com serralheria, atividade considerada tipicamente masculina pela força física empregada e técnica exigida, ou seja, faziam grades, optou-se então por entrevistar duas cooperadas que participaram dessa história; enquanto a outra além de ser mais jovem, já havia vivenciado outro trabalho em cooperativa formada majoritariamente por homens.

6.1 Breve perfil

Para realizar a descrição e análise dos dados obtidos nas entrevistas semi-estruturadas, a pesquisadora optou por identificá-los conforme as situações vivenciadas pelas participantes da pesquisa, a escolha das três participantes envolvidas ocorreu devido a diferença etária, experiência com o trabalho de maneiras diferenciadas entre elas, diferença de escolaridade, e experiência no trabalho cooperativo. O destaque para essas diferenças entre as participantes justifica-se pela necessidade de explicitar percepções singulares da experiência das três mulheres no trabalho cooperativo.

Cooperadas	Faixa etária	Cor	Escolaridade	Estado Civil	Filhos
Cooperada A	60 -70 anos	Parda	Alfabetizada	Solteira	5 filhos
Cooperada D	40-50 anos	Negra	Ensino superior (cursando)	Casada	Nenhum
Cooperada E	30-40	Negra	Ensino Médio	Solteira	1 filha

			(completo)		
--	--	--	------------	--	--

O breve perfil das três entrevistadas permite identificar que as faixas etárias são diferenciadas situando-se entre 30 – 65 anos, duas delas são negras e uma parda, a primeira os filhos já são maiores e saíram de casa, enquanto outra não possui filhos, apenas uma possui filha menor de idade, destas apenas uma está cursando o ensino superior. Nesse sentido, a primeira experiência notável comum às entrevistadas a e d foi à experiência de trabalho na serralheria.

A cooperada d, natural de Salvador sempre morou em Engomadeira. Sua primeira experiência com o trabalho foi o serviço doméstico juntamente com a sua mãe enquanto lavadeira no bairro de Engomadeira, para obtenção de rendimentos a fim de sustentar a família; a partir dos dezoito anos iniciou suas atividades de trabalho para obtenção de ganhos próprios em uma serralheria.

Já a cooperada A, natural de Irará, iniciou suas atividades trabalhando na roça juntamente com seus familiares, daí em diante chegou a Salvador e inseriu-se no setor informal, suas experiências foram: trabalho doméstico, sacoleira, vendedora, serralheira, exceto o emprego em uma empresa de ônibus no qual ela tinha a carteira assinada.

6.2 A serralheria – “É uma coisa incrível a história da gente” (cooperada A)

Segundo depoimento das entrevistadas, o projeto serralheria comunitária foi desenvolvido pela Universidade Federal da Bahia, através do ISP – Instituto de Serviço Público, atual Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público, órgão suplementar da universidade criado com o intuito de prestar assessoria e consultoria em projetos nas organizações públicas e privadas. Conforme relato, o projeto foi alocado na Universidade do Estado da Bahia envolvendo apenas mulheres dos bairros de Engomadeira, São Gonçalo e Arraial do Retiro, na época existiam vinte e cinco mulheres participantes. O trabalho era em conjunto, para a criação de grades e artefatos de ferro atendendo aos clientes dos próprios bairros

envolvidos. No entanto, não foram encontrados em meio eletrônico, documentos que atestassem a informação relativa à instituição proponente e executora do projeto.

A cooperada D foi nomeada coordenadora dessas mulheres com apenas dezoito anos, ficando em sua função durante os cinco anos que o grupo existiu, vale ressaltar que essa entrevistada possuía um histórico de mobilizações, primariamente enquanto participante do conselho de moradores do bairro e participando de atividades no bairro junto a igreja católica. Nesse quesito a autonomia da mulher é dada em destaque porque das três entrevistadas todas elas uniram o desejo de trabalhar à necessidade. Essa questão abre espaço para discussão sobre as estratégias de inserção da mulher no mercado de trabalho; sabe-se que nos anos 80 e 90, devido a crise no mercado e reestruturação produtiva a relação trabalho e família modificou-se, os provedores do lar responsáveis por manter os membros da família, essa família se viu mediante a crise, com o imperativo de organizar estratégias diferenciadas de inserção de outros membros para manutenção do lar, são as filhas mais jovens, esposas, filhos que precisavam trabalhar para auxiliar na manutenção das despesas familiares, conforme apontam os autores Souza; Guimarães; Filho (2008). Embora no caso dessa cooperada houvesse inclinação a ocupar postos de gerencia, comando e liderança que foi atribuído à capacidade de articular a oratória, porém a entrevistada apontou que não havia maturidade suficiente para coordenar esse grupo. Em sua história de vida ela ocupou posto de gerencia em um trabalho formal logo que saiu do grupo das serralheiras.

É interessante notar o histórico de trabalho das mulheres entrevistadas, primariamente o rompimento do paradigma de que as mulheres ocupam funções que atribuem seus talentos naturais vinculados ao trabalho reprodutivo, o que leva a considerar que as relações sociais de sexo se conduzem de forma transversal ao universo das relações sociais:

“Em O sexo do trabalho e nos trabalhos coletivos e individuais que se seguiram, exprimiu-se um amplo consenso sobre a transversalidade das relações sociais de sexo. Mas essa caracterização é insuficiente se não se soma a ela uma outra dimensão: a interpenetração constante das relações sociais.” (KERGOAT, 2003).

Nesse caso especificamente o processo de desconstrução do estigma da mulher introjetando os símbolos historicamente e culturalmente inculcados nas subjetividades dos trabalhos “típicos” de mulher, na contramão elas realizaram um trabalho tipicamente masculino, que exigia força física.

“A gente trabalhava era só mulher, sempre a gente quando tá nos grupos somente mais é mulher e trabalhava igualmente a homem, a gente se vestia de macacão, capacete, luva. Sabe como a gente saía?... ia em cima do caminhão pra o Largo do Tanque comprar ferro(...), a gente trabalhava, a gente pegava máquina pesada policorte, furadeira, soldava, a gente fazia todo trabalho que a gente fazia na serralheria, não tinha homem nenhum era somente mulher, e sempre nos trabalhos que eu to, sempre é mulher, é ..noventa por cento é mulher.”(Cooperada A).

Todo o maquinário utilizado era guardado em um galpão na Universidade do Estado da Bahia, porém ao passar do tempo foram ocorrendo roubos, problemas concernentes à organização do grupo até que o grupo de mulheres acabou. Quando questionadas acerca do assédio moral, constrangimento ou preconceito por ser mulher no exercício do trabalho, o relato da cooperada D chama atenção, conforme segue abaixo:

“Não [referindo-se ao preconceito], só na época da serralheria (...) a gente usava macacão, aí chamava a gente de *machadão*, eu botaram o apelido de *boxel* porque era forte, por causa do trabalho que era de força, ai eu tinha uns músculos bem definidos na época que eu era mais nova, por causa do trabalho.” (Cooperada D).

A experiência de trabalho na serralheria foi avaliada pelas entrevistadas de forma comparativa a atividade atual de alimentação, foi possível notar que apesar de ser uma atividade típica do universo do homem, ambas afirmaram gostar do trabalho com a grade, sem barreiras relativas ao esforço físico realizado nem as exigências específicas do tipo de trabalho realizado.

Conforme as entrevistadas os rendimentos obtidos tanto no trabalho com a serralheria quanto no trabalho atual na cooperativa de alimentação e serviços, modificou o orçamento familiar e é utilizada para o sustento da família. É importante ressaltar que para a cooperada D através do rendimento obtido na serralheria foi

possível construir uma casa, custear um curso para seu irmão e ajudar nas despesas familiares, evidenciando então o seu protagonismo enquanto mulher no amparo familiar, mesmo que em seu círculo familiar tivessem seis irmãos presentes.

No entanto, a cooperativa atual sempre tem trabalho, porém por vezes não tem produção, ou seja, não obtém a receita utilizada para a divisão entre as associadas, assim sendo, elas se apoiam no rendimento familiar e outras atividades que amparem o sustento individual, são relevantes apontar que em uma estrutura organizacional e administrativa como a cooperativa não pode haver disparidades quanto aos ganhos, seja por sexo ou escolaridade uma vez que a divisão é realizada igualmente, Culti (2004) salienta que a economia solidária critica a apropriação da divisão sexual do trabalho pelo sistema capitalista. Hoje, as associadas reiteram que a renda ainda não é satisfatória porque o grupo precisa abrir mercado e melhorar a comercialização o que dificulta a produção.

6.3 Nos meandros do gênero: trabalho e família

Com relação ao estabelecimento da família e a continuidade do trabalho, as cooperadas não apontaram grandes dificuldades quanto a esse fator. Os perfis se distanciam no que tange ao caminho trilhado pelas entrevistadas na constituição familiar. A cooperada D afirmou que optou pela constituição da família mais tarde, para ela não houve grandes dificuldades em conciliar a jornada de trabalho com a família, porém expressou o descontentamento em ter relegado a maternidade para depois, que devido a problemas de saúde não pôde ocorrer.

Já no caso da cooperada A, quando estava iniciando sua constituição familiar houve grande dificuldade devido a quantidade de filhos menores de idade, passou por dificuldades, e devido a dupla vida familiar do seu cônjuge a sua família passava por carências. É importante reiterar o fato da entrevistada descrevendo sua experiência e as estratégias utilizadas por ela para sustento familiar, estratégias que estavam ligadas ao serviço doméstico realizado em troca de suprimentos para a sua família o que indica um protagonismo da mesma em conduzir a família, situação circunscrita em um quadro de participação no mercado de trabalho em que as cônjuges e filhas

creciam e se destacavam como mão de obra no mercado.(SOUZA, L. N de; GUIMARÃES, I. B; FILHO, L. M . B., 2008).

No caso da cooperada E, fica expressa a necessidade que ela se encontra atualmente em conciliar o cuidado com a filha menor de idade e sua jornada de trabalho, pois a criança não tem com quem ficar uma vez que ela esta separada do seu companheiro. A mesma coloca que na cooperativa , as associadas compreendem as suas necessidades com relação aos cuidados familiares, o que demanda flexibilidade e principio de solidariedade das participantes.Ao ser questionada sobre a conciliação entre jornada de trabalho e cuidado com a filha fica evidente a percepção da associada no trecho abaixo:“ Eu tava precisando muito desse tempo, dessa compreensão e tive de todas, entendeu... de todas.”(cooperada E)

Esse trecho é interessante ao notar que as sensibilidades compartilhadas entre elas são vinculadas a questões da mulher nesse caso a maternidade, o que Culti (2004), expressa ao considerar uma suposta vinculação entre os sentimentos compartilhados e as precisões da mulher:

“penso que as mulheres humanizam mais estas relações, entendendo melhor as faltas, atrasos ou outros problemas, pelo seu modo de ser ou por melhor entender que no geral, a mulher trabalhadora também tem uma jornada doméstica e outras responsabilidades com a família que estão invariavelmente sob sua responsabilidade” (CULTI, 2004, p.20).

Outra questão vinculada a uma visão capitalista e masculinizante do trabalho é o que tange a concepção de lucro imediato resultante do trabalho e o fato de que a mulher não pode ficar fora de casa para realizar atividades sem retorno financeiro para o lar.

”No começo da Coofe era muito problema, eu ter que sair dentro de casa para fazer alguma coisa pra Coofe, principalmente que não tinha renda, esse é o maior problema dentro de casa. Como é que, sair pra um trabalho... ele que dizia... como é que saí pra um trabalho que não dava resultado e só andava fora de casa? Depois começou a chegar renda, foi mais fácil trabalhar essa questão (...) Antes se eu dissesse assim precisa viajar pra alguma coisa, eu não ia. E eu consegui convencer ele que é

importante pra mim isso, não a questão viagem mas o que eu venho buscando, o que eu acredito, pra mim essa mudança transformou mesmo a minha vida. É um desafio e eu tenho certeza que eu nunca mais vou ser assim...eu disse a algumas colegas que antes eu era assim, antes era x agora eu sou x, até o meu nome eu reconheci como meu nome que é importante, que eu preciso valorizar, me valorizar, então eu não sou mais aquela x, ela morreu.(cooperada d).

6.4 O trabalho cooperativo e cidadania

No que tange a importância do trabalho cooperativo da economia solidária e a consecução da cidadania, nota-se que entendendo a cidadania como aponta Vieira (2001) constituindo-se enquanto diálogo entre Estado e a sociedade civil no exercício dos direitos e deveres, é possível compreender que o trabalho cooperativo da economia solidária seguindo os seus princípios de democracia, gestão coletiva e solidariedade impulsionam a formação de um sujeito emancipado, em se tratando especificamente da mulher a emancipação pela qual ela passa ganha amplitudes consideráveis. Estas amplitudes norteiam não só o avanço quanto ao trabalho e seus rendimentos, mas também a diferença de percepção das entrevistadas sobre o trabalho comum, hierárquico e as benesses do trabalho coletivo como meio para construção coletiva de uma sociedade mais justa e igualitária, em que diferenças de sexo, classe ou raça se diluem em prol de um negócio em comum.

As cooperadas a, e, apontaram a falta de vontade, pouca compreensão quanto à importância de participação em arenas públicas para confronto de direitos e deveres, como fica evidente a fala evidenciada abaixo:

“Eu, uma vez me meti no meio do pessoal do sem-terra não sei que era pegar uma faixa, lá em Brasília. Eu tenho um bocado de foto lá em casa, fui em Brasília duas vezes , teve uma vez que eu dormi sabe aonde? No...como é o nome do lugar que o pessoal joga bola? Estádio...Num degrau , em Brasília. Todo mundo com faixa num negócio, não sei o que era aquilo, uma camisa vermelha, tava brigando não sei porque só sei que eu fui.”(cooperada A)

Embora sendo reconhecido como um processo de percepção lento por parte do grupo é preciso reconhecer que o sujeito emancipado se desenvolve mesmo que

seja um processo de organização e trabalho para geração de renda, pois ao mesmo tempo propõe um amplo debate com o Estado ativo, visão corroborada por Ivo (2008). O processo de emancipação é construído sob o jugo dos princípios econômicos solidários que propiciam a autonomia das mulheres tanto em termos de rendimento quanto no âmbito social. Nesse sentido ao serem questionadas acerca da importância do processo formativo e educativo para andamento do negócio, está explicitada nas falas abaixo:

“(...) mas dentro da cooperativa a gente tem liberdade, a gente tem e expressa. A gente tem autonomia, de falar de opinar, de ver se aquela é realmente aquela palavra que tá falando, se é certa se é errada e isso pra gente é importante , pelo menos pra mim é importante...como uma cooperativa a gente pode ir além da imaginação, passa a ter garra e capacidade entendeu.(cooperada E).

“Então a gente tomou curso, mas a experiência do dia a dia, né o cotidiano da cooperativa, no dia a dia a gente experimenta trabalhando com outras cooperativas, fazendo evento junto, a gente vai se capacitando e vai criando alguma coisa, às vezes dá certo, entendeu. Tem que ter a... criar alguma coisa, decidir inventar todo(...)[referindo-se aos atores que contribuíram com processo formativo]a Itcp, a Uneb deu o curso a gente, até desse pessoal todo que deu curso a gente e apoiou a gente naquele tempo, a Itcp é que continua.”(cooperada A).

O processo formativo e educativo desenvolve-se em diversas dimensões, na fala da cooperada E é possível notar que autonomia, liberdade de escolha e decisão são imprescindíveis para o tipo de autonomia que se desenrola e pode ganhar os contornos ditados pelo próprio grupo se assim o quiserem. Já na fala da cooperada A aparece a vinculação entre a formação através de cursos e a necessidade de se aliar a prática, a experiência cotidiana como mola propulsora para a inventividade e desenvolvimento do grupo. Aparece também a importância da instituição que promove a formação e acompanhamento do grupo, nesse caso a Incubadora da Uneb, responsabilizando-se por solidificar os princípios do grupo no lócus da economia solidária atendendo as suas diversas necessidades em um processo contínuo de troca de conhecimentos.

Na educação das três entrevistadas apenas uma possuía nível superior em andamento e de todas as seis associadas apenas duas estão cursando nível superior, ou seja, a necessidade educativa escolar é percebida observando-se as principais carências de saberes especializado dentro da cooperativa. Nessa fala evidencia-se:

“É outra discussão que agente trava até dentro do grupo, aqui mesmo na Coofe, até o grupo perceber que cada um precisa voltar pra escola, que a gente ta com um negócio, que o negócio vem desenvolvendo , precisa que cada um tenha interesse de voltar pra escola pra melhorar o negocio, né. A gente sempre conversa assim, ah... o empreendimento de alimentação precisa de nutricionista, precisa de contador, precisa de administração, precisa de advogado, precisa de psicólogo, precisa de tudo, então até essa maturidade chegar nos empreendimentos é difícil.(cooperada D)

Ao passo que outros conhecimentos são desenvolvidos no trabalho cooperativo pela possibilidade de rotatividade das funções e necessidade que algumas habilidades sejam desenvolvidas. O relato da cooperada A acerca do seu escasso conhecimento escolar, mas da sua habilidade em realizar cálculos matemáticos sem o domínio completo do código linguístico, suscita uma variante importante no que tange a autonomia do sujeito que é a descoberta de saberes até então ultrajados pelos trabalhos convencionais:

Eu vou dizer a você não tenho estudo, não estudei, estudei muito pouco, fui nascida e criada na roça, não entendo nada de computador, eu não só nada de experiência em contabilidade. Mas eu faço conta na minha mente, eu passo o troco sem calculadora, qualquer dinheiro que você me dê pra passar o troco eu não uso calculadora pra somar pra tirar quanto, não, na minha mente eu vou lá e tiro x valor, coloco x valor. Eu não sei mexer com calculadora, não sei mexer em computador... já mexi mas larguei, mas a minha mente, a minha visão e a minha mente..o que eu tenho na minha mente, uma pessoa que estudou, que se formou, talvez não tenha nem essa capacidade de distribuir a mente como eu distribuo assim em um minuto, entendeu.O pouco que eu aprendi nessa serralheria, nesses trabalhos, nas viagens , não tenho formação de contabilidade, mas eu entendo alguma coisa um pouquinho.(cooperada A).

Assim sendo a percepção das entrevistadas sobre o trabalho cooperativo da economia solidária situa-se como relevante agente transformador no sentido da emancipação do indivíduo propiciando por meio do trabalho coletivo a apropriação de um processo formativo e educativo, minando as desigualdades sexuais e oportunizando à mulher o poder de escolha e decisão, bem como a participação em espaços da sociedade civil para o exercício de direitos e deveres.

“[quando questionada sobre as atividades sociais da cooperativa em Engomadeira] Social também, pode ser melhor o trabalho social pela Coofe, né. Principalmente na comunidade, nós temos muito a dar, porque depende também do interno... tem muito a fazer” (cooperada D).

“A economia solidária, acho que esse papel já vem de dentro de casa entendeu... a partir de quando assim, sermos solidário dentro de casa (...) acho que a solidariedade vem de lá de dentro, desde casa” (cooperada E).

“Quando minha família ela foi toda embora, a casa cheia de gente. Quando minha família foi embora eu entrei em depressão (...) mas não tomei um litro de conhaque assim também não (risos)(...)aí Deus abençoou que abriu o caminho desse curso pra gente tomar, através de conhecimento”(cooperada A)

Através das falas selecionadas é possível perceber que o trabalho da economia solidária é costurado, com todas as suas fragilidades e deficiências para que o sujeito ali envolvido, e no caso dessa experiência as mulheres conquistem a sua autonomia mesmo em atividades que necessitem de baixa qualificação e sejam considerados precários na grande teia complexa do trabalho informal, considera-se que há muito que se refletir e transformar sobre essa gama populacional de mulheres que existem e desenvolvem sua força produtiva das formas mais diversas e criativas possíveis atendendo às suas necessidades.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das questões suscitadas é interessante notar que a Economia Solidária propõe uma reorientação ideológica e prática baseada em pressupostos como democracia, autogestão, solidariedade e horizontalidade, porém a partir dos dados empíricos colhidos a partir do grupo focal foi possível perceber que estão arraigados pressupostos da cultura capitalista e hierárquica, somam-se a isto preceitos de gênero imbricados nas relações sociais tecidas no empreendimento mesmo que existam fatores que possibilitam uma reconstrução das identidades de gênero, nesse caso um empreendimento formado majoritariamente por mulheres, nas quais elas têm a autonomia de gerir o próprio negócio em conjunto.

A princípio é interessante notar que o bairro de Engomadeira já possui uma história peculiar, a própria construção do bairro se deu a partir do trabalho de mulheres enquanto lavadeiras e engomadeiras que prestavam serviços, vínculo de trabalho hoje inserido no setor informal. A participação das mulheres em equipamentos politizados como o conselho de moradores aponta para uma história singular de envolvimento dessas mulheres.

Para tanto, a existência de uma cooperativa formada majoritariamente por mulheres, hoje, abre um leque de questões a respeito do trabalho na Economia Solidária e o lugar dessas mulheres. Alguns pontos foram notados ao longo do trabalho. Foi percebido que apesar, de ressaltar o processo formativo, a necessidade de tomar cursos para aperfeiçoar o trabalho e buscar mercado, o rompimento da cultura hierárquica ligada ao capitalismo é o principal gargalo da Economia Solidária. Além disto, foi apreendido que, embora se constituam trajetórias de vida diferenciadas o vetor que impulsiona essas mulheres a participar do trabalho coletivo é a preferência em termos organizacionais e de decisão proposto pela autogestão.

O cerne da Economia Solidária centra-se na forma de gestão realizada, nesse caso a autogestão, mas para que isso ocorra é preciso que se construa uma cultura associativista aliada a uma perspectiva política mobilizadora, como trata Lima (2007). Hoje as mulheres da Coofe reconhecem o processo formativo a ser

empreendido em quesitos como: participação ativa em espaços públicos e politizadores, necessidade de desagregar questões pessoais aos problemas gerenciais da cooperativa, assim como buscar mercado para intensificar a comercialização, questões que pretendem ser trabalhadas a partir da instalação da cozinha comunitária, o projeto do governo do Estado da Bahia pretende instalar a cozinha comunitária na cooperativa com o intuito de atender a demandas de produção, com isto abre-se um leque para a entrada de novos associados.

Outra questão relevante a ser levantada são os conhecimentos levantados em se tratando de um trabalho que não possui apenas uma natureza operacional mas também reflexiva. O que ficou notado na fala da cooperada A, ao denotar o parco conhecimento escolar mas a habilidade na área matemática, o que aponta para um aspecto da autonomia no trabalho cooperativo uma vez que os conhecimentos variados são úteis e agregam para o aperfeiçoamento da cooperativa.

Sem dúvida é relevante o aspecto que se centra em sensibilidades partilhadas pelo fato de ser mulheres, o que não é uma questão fechada, nem determinante, porém percebe-se nas falas dessas associadas o reconhecimento de identidades dessas mulheres que necessitam do aspecto solidário principalmente em termos dos cuidados domésticos.

As reflexões construídas não esgotam o tema em si mesmo, mas traz algumas nuances e contornos que podem ser auferidos quando se pensa na tríade do trabalho da economia solidária e as mulheres envolvidas nesse campo embrionário, apesar do tempo, mas rico em experiências. Decerto que a autonomia alcançada no trabalho cooperativo transcende a obtenção de rendimentos e modificações no orçamento familiar mas também permite que as associadas tenham experiências de trabalho que impulsionem a necessidade de estudar, participar de processos formativos, contribuir politicamente no sentido de se apropriar dos direitos e deveres do Estado em um exercício cidadão. As limitações desse tipo de trabalho com os impasses que possui e o rompimento dos paradigmas de gênero tornam-se desafios cotidianos.

8. Referências

ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila(Orgs). Trabalho a domicilio nas sociedades contemporâneas – uma revisão da literatura recente. In:_____ **Trabalho Invisível: Estudos sobre trabalhadores a domicilio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

ABREU, Alice Rangel de Paiva, SORJ, Bila(Orgs). Trabalho a domicilio e relações de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro. In:_____ **Trabalho Invisível: Estudos sobre trabalhadores a domicilio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

AMORIM, Bruno Marcus F.; ARAÚJO, Herton Ellery. Economia Solidária no Brasil: Novas formas de relação de trabalho? **Boletim de Mercado de Trabalho- Conjuntura e Análise**, Brasília, nº24, ago. 2004, p. 45-52. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24i.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2013.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho? In:_____ **Degradação Real do Trabalho Virtual**. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

ARAÚJO, Herton Ellery; SILVA, Frederico A. Barbosa da. Economia Solidária: um novo paradigma de política pública? **Boletim de Mercado de Trabalho- Conjuntura e Análise**, Brasília, nº28, set. 2005, p.31-41. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF11120B2630/prog_mt28.pdf>. Acesso em 26 jul. 2013.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Catálogo Cooperativas do Estado da Bahia**. Salvador, 2012. Disponível em: <

http://www.portaldotrabalho.ba.gov.br/conteudo/conselhos/cooperativismo/catalogo_cooperativas.pdf > Acesso em: 04 ago. 2013.

BAHIA. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A Informalidade no mercado de trabalho na Bahia nos anos 2000**. Salvador: SETRE, 2013. 69p. Disponível em:<http://geo.dieese.org.br/bahia/estudos/informalidade_2013.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2013.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/COPPE/UFRJ. In: **Redução da pobreza e dinâmicas locais**. São Paulo: FGV/Banco Mundial, 2002, pp. 246-255.

BRASIL. **Lei nº5. 764, de 16 de setembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em : < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>. Acesso em: 26 jul. 2013.

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M.; MERCADO, C. M. Trabalho e Gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, A de O. et. al. (Orgs.) **Mercado de Trabalho e Gênero, Comparações Internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 15-33.

CANÇADO, Airton Cardoso. Para a Apreensão de um Conceito de Cooperativa Popular. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXIX, 2005, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: 2005. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2005/APS/2005_APSC175.pdf> Acesso em: 26 jul. 2013.

COMITÊ DE ENTIDADES NO COMBATE À FOME E PELA VIDA (COEP). **Histórico do Coep**. Disponível em:<

http://www.coepbrasil.org.br/portal/publico/apresentarConteudo.aspx?CODIGO=C2007423103136125&TIPO_ID=5>. Acesso em: 26 jul.2013.

CRESWELL, John W. Procedimentos Qualitativos. In: _____. **Projeto de Pesquisa – Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 2.ed. São Paulo: ARTMED, 2007. Cap. 10, p. 184-209.

CRISTINA, Selma. A terceirização via cooperativas. In: **A perda da razão social do trabalho – terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007, pp. 13 - 22.

CULTI, Maria Nezilda. Mulheres na economia solidária: desafios sociais e políticos. In: IV CONGRESSO EUROPEO CEISAL DE LATINOAMERICANISTAS, IV, 2004, República Eslovaca - Bratislava. **Anais eletrônicos...** República Eslovaca - Bratislava: 2004. Disponível em:<<http://www.unitrabalho.uem.br/artigos/Texto%2520Mulheres%2520e%2520Economia%2520>> Acesso em : 26 jun. 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Pesquisa de Emprego e Desemprego. **A Inserção dos negros nos mercados de trabalho metropolitanos**, Salvador, 2013. Disponível em:<<http://www.dieese.org.br/analiseped/2012/2012pednegrosmet.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Pesquisa de Emprego e Desemprego. **Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Salvador**, Salvador, 2013. Disponível em:<<http://www.dieese.org.br/analiseped/2013/201304pedssa.pdf>>>. Acesso em 10 ago. 2013.

DRUCK, Graça. Algumas considerações teóricas sobre o trabalho na sociedade capitalista. In: **DSS e Economia Solidária - debate conceitual o relato de experiências**. Pernambuco: Escola Formação Sindical CUT, Nordeste, 2000.

EID, Farid. Descentralização do Estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? **Revista ORG & DEMO**, Marília, v. 8, n. 1/2, jan-jun/jul-dez, 2007. Disponível em

:<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/382/282>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

ENGOMADEIRA é uma moça. **Jornal da Bahia**, 04 de jul. 1992. Caderno 1, p. 4.

ESTATUTO DO COEP, [s.d].

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Princípios Gerais do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: <

http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60>.

Acesso em: 26 jun. 2013.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS (FGM). **Cultura no ponto**. Salvador: FGM, 2006. Disponível em :<http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=4&cod_polo=121>. Acesso em : 17 set. 2013.

GOMES, Sandra Regina. O grupo focal uma alternativa de construção na pesquisa educacional. **Cadernos de Pós-Graduação em Educação**, São Paulo, v. 4, p. 39-45, 2005. Disponível em:<

http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/cadernos_posgraduacao/cadernosv4edu/cdposv4n1edu2a04.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2013.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica e investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, nº24, p. 149-161, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2002000300004&script=sci_arttext> Acesso em: 17 ago. 2013.

GUIMARÃES, Gonçalo. **Portal do Cooperativismo Popular: formação, informação e comunicação**, [s.d]. Disponível

em:<<http://www.itcp.coppe.ufrj.br/pdf/PortaldodoCooperativismoPopularformacaoinformacaoecomunicacao.pdf>>>. Acesso em: 04 ago. 2013.

HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret. Apresentação; Introdução. In: _____. **As Novas Fronteiras da Desigualdade**, Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

HIRATA, Helena. A precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, nº 21, ano 11, jan/jun 2009, p. 24-41. Disponível em :<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100003>. Acesso em: 10 jun. 2013.

HISTÓRICO do ISP. Disponível em :<<http://www.isp.ufba.br/apresentacao.html>>. Acesso em : 24 set. 2013.

INFORMAÇÕES Sistematizadas. **Bairros de baixa renda**. Salvador: Coordenação de Desenvolvimento Social – Prefeitura Municipal de Salvador, 1983, vol. ,I vol. II, p. 124, 125, 383.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010 - **Resultados da amostra**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_bahia.pdf>

r>. Acesso em: 19 jul. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos & Pesquisas**, nº 29, 2012. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2012/default.shtm>>. Acesso em: 26 jun.. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). 2012: Desenvolvimento Inclusivo Sustentável? **Comunicados do IPEA**, Brasília, nº 158, 18 dez. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/121218_comunicadoipea158.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Situação Social no Estados – Bahia. **Relatório**, Brasília, 2012. Disponível em :<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/120307_relatorio_situacao_social_ba.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2013.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio: pobreza e política social**. São Paulo: Annablume, 2008. 256p.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli et. al. (orgs.) **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo, 2003 , p. 55-65. (Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher). Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita da Silva. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, nº 1, jan/jun 2008, p. 96-104.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, nº56, out. 2004, p. 45-62. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n56/a04v1956.pdf>>. Acesso em : 04 jun. 2013.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho em cooperativas: perspectivas e dilemas. In: _____ **A perda da razão social do trabalho – terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007, p. 13 - 22.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I, vol. I Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira.

MUNDIM, Fernanda de Lazari Cardoso; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. (DES) Caminhos e encruzilhadas das mulheres na outra economia: um estudo de caso no assentamento rural pastorinhas. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v.5, nº 11, p.104-10, maio/ago. 2011.

NASCIMENTO, Cláudio. A AUTOGESTÃO E O “NOVO COOPERATIVISMO”. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE AUTOGESTÃO, 2003, Santa Catarina. **Anais eletrônicos...** Brasília: mai. 2004, Disponível em: <
http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8F95EF1C50/prog_autogesta_ocooperativismo.pdf> Acesso em: 15 jul. 2013.

NETO, J. A. Sobram esgotos e ratos na Engomadeira. **Jornal A tarde**, Salvador, 07 de out. 2000. Caderno local 4.

PASSARINHO, N. Brasil tem 16,27 milhões de pessoas em extrema pobreza, diz governo. **G1 Política**, Brasília, 03 mai. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/brasil-tem-1627-milhoes-de-pessoas-em-situacao-de-extrema-pobreza.html>. Acesso em: 17 set. 2013.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na era da Globalização**. Editora: Boitempo Editorial: São Paulo, 2001, p. 125-134.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR (PMS). **PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2010-2013**. Disponível em: <http://www.saude.salvador.ba.gov.br/arquivos/astec/PMS_final.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2013.

PROJETO Engomadeira. **Relatório**. Out. 1983.

ROCHA, N. Engomadeira quer qualidade de moradia. **Jornal A tarde**, Salvador, 23 de fev. 2002. Caderno local 4.

SANTOS, Boaventura de Sousa.[org.]. **Produzir Para Viver – Os caminhos da produção não capitalista**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005, v. 2, cap. 1.

SANTOS, Elisabete et al(Orgs). **O caminho das águas em Salvador – bacias hidrográficas, bairros e fontes** : 2010. Salvador: CIAGS/SEMA/UFBA; p.200. (Coleção Gestão Social). Disponível em: http://www.meioambiente.ba.gov.br/publicacoes/livros/caminho_das_aguas.pdf. Acesso em: 26 jul. 2013.

SCHWENGBER, Angela. Políticas Públicas de Economia Solidária e Gestores Públicos. **Boletim de Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, Brasília, nº28, set. 2005. Disponível em : <
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_28c.pdf>. Acesso em : 15 jul. 2013.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários- Proninc. **Relatório Final**, SENAES e IADH – instituto de assessoria para o desenvolvimento humano, Recife, 2011.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA(SENAES): **Base de Dados Empreendimento** .Disponível

em:<<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/Empreendimentos/ResumoEstadual.asp?Estado=BA>>. Acesso em: 04 jul. 2013.

SILVA, Selma Cristina. A terceirização via cooperativas de trabalho: precarização ou autonomia. In:_____ **A perda da razão social do trabalho** – terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2002, p. 7-23.

SOUZA, L. Faltam escolas, esgotos e ônibus. **Tribuna da Bahia**, Salvador, caderno cidade, 19 de fev. 2002.

SOUZA, L.; GUIMARÃES, I. B; FILHO, L. M. B. (Des) Igualdades nas estratégias de inserção feminina durante a exacerbação da crise do mercado de trabalho na região Metropolitana de salvador. **Revista Associação Brasileira de Estudos sobre o Trabalho – ABET**, v. II, 2008.Disponível em :<
<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15235>>. Acesso em: 23 set. 2013.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **Os usos do gênero**. Trabalho, dominação e resistência São Paulo: Brasiliense, 1991.

VIEIRA, Litz. ANPOCS, 2001. Notas sobre o conceito de cidadania. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 51, 1.º sem. 2001. Disponível

em:<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=129&Itemid=217>>. Acesso em 17 set. 2013.